

EDITORIAL

O Curso de Ciências Econômicas da FAE Centro Universitário lança a revista eletrônica mensal *Vitrine da Conjuntura* relativa a maio de 2018. A edição atual apresenta as partes fixas do Panorama Econômico e Indicadores, e três artigos tratando de aspectos da economia e política brasileira.

O primeiro texto associa a vagarosa recuperação das atividades produtivas do País à deterioração do investimento público e privado, por conta da falência do Estado e da quebra das expectativas de lucro das empresas.

A segunda contribuição levanta os pontos explicativos do recente movimento de desvalorização do real, assentados em fatores externos e domésticos e extremamente relevantes para a devolução, aos agentes locais, de parte da competitividade perdida em um prolongado período de disfunções macroeconômicas e descabros políticos.

Já o terceiro artigo analisa o conteúdo de uma carta aberta à nação, divulgada pelo Conselho Federal de Economia (Cofecon), em 06 de abril de 2018, discutindo a conjuntura institucional do País.

Ótima leitura.

Paz e Bem.

Gilmar Mendes Lourenço

Editor.

DETERIORAÇÃO DO INVESTIMENTO NO BRASIL

Gilmar Mendes Lourenço

É indiscutível a natureza vagarosa da recuperação da economia brasileira, em descompasso com o clima de negócios, vigoroso e prolongado, predominante em escala global. Enquanto no lapso 2000-2009, o produto interno bruto (PIB) per capita do País cresceu 2,1% ao ano, contra 2,4% a.a. da média global, 1,1% a.a. dos estados avançados e 4,4% a.a. dos emergentes, entre 2010 e 2017, o incremento foi de apenas 0,4% a.a., versus 2,5% a.a. no mundo, 1,4% a.a. nos ricos, e 3,8% a.a. nos em desenvolvimento. Especificamente em 2017, o aumento dessa grandeza macroeconômica foi de 0,2% no Brasil, 2,4% no mundo, 1,9% nas economias centrais e 3,3% nos emergentes.

A apatia recente repousa em uma árvore de múltiplas raízes, cujo tronco hospeda a exacerbação da desconfiança dos agentes, sobretudo diante das incertezas eleitorais, reforçadas pela sinalização obscura das mais importantes candidaturas à presidência da república quanto aos compromissos com as reformas institucionais, indispensáveis ao fortalecimento da estabilidade macroeconômica e à restauração do potencial de expansão de longo prazo.

Mesmo reconhecendo a relevância dos embaraços ocasionados pelas barreiras políticas, parece adequada a argumentação de que a reativação das transações em ritmo consideravelmente aquém daquele desejado pela sociedade, e necessário para a definitiva superação da recessão, pode ser imputada ao aniquilamento do investimento, variável chave para a dimensão do produto potencial, que chegou a 15,6% do PIB, em 2017, a menor proporção da história.

Começando pelo comportamento das inversões governamentais, o valor deflacionado das obras federais atingiu, em 2017, menos da metade das cifras desembolsadas para obras, em 2014, representando queda de mais de R\$ 80,0 bilhões, o que equivale a quase o dobro do montante liberado para saques das contas inativas do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), em 2017, usado prioritariamente para a quitação de dívidas e aquisição de bens essenciais pelas famílias.

A queda do investimento público federal se reproduziu em praticamente todos os estados brasileiros, muitos deles em situação falimentar.

Tal situação, que se reproduziu em praticamente todos os estados, muitos deles em situação falimentar, é resultado, fundamentalmente, da descoberta e, por consequência, paralisação (?), dos assaltos aos orçamentos públicos e ao caixa das companhias estatais, patrocinados por uma aliança estratégica celebrada entre executivo, parte do legislativo e algumas poucas grandes empreiteiras, tratadas como “amigas do rei”.

Isso veio a colapsar a construção civil, segmento com maior grau de absorção de mão de obra não qualificada, já suficientemente abalado pelo superdimensionamento da demanda por imóveis, verificado nos tempos de bonança, e que gerou apenas 21,2 mil postos de trabalho com carteira assinada no entre janeiro e março de 2018, contra fechamento líquido de 882,5 mil

vagas no triênio 2015-2017.

A vertente compensatória à contração do investimento direto do governo, representada pela ampliação e modernização da capacidade produtiva das plantas privadas, esbarra nas ainda elevadas margens de ociosidade acumuladas durante o período depressivo, nas dúvidas acerca do curso da política econômica em 2019 e na insuficiência de absorção doméstica, imputada à degradação fiscal do Estado, e à lenta e precária reação do mercado de ocupações, amparada na informalidade, e aos temores de perda de emprego, por parte da população trabalhadora.

Apenas a título de exemplo, em paralelo ao acréscimo de 0,9% na quantidade produzida, totalizando 12 mil unidades, as vendas de máquinas agrícolas e rodoviárias recuaram -9,6% no primeiro trimestre de 2018, em comparação com janeiro-março de 2017, segundo a Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (ANFAVEA).

Os resultados ruins foram determinados pela diminuição de -19,1% da comercialização no mercado doméstico, que regrediu de 9,3 mil para 7,5 mil unidades, pois as exportações subiram 31,7% no intervalo em tela, perfazendo 2,9 mil unidades, e contribuíram com 27,9% das vendas totais, contra 17,1%, nos primeiros três meses de 2017.

A DESVALORIZAÇÃO ESTRUTURAL DA TAXA DE CÂMBIO

Gilmar Mendes Lourenço

A taxa de câmbio (R\$/US\$) voltou a assumir o papel de protagonista no espetáculo da conjuntura econômica brasileira, no primeiro quadrimestre de 2018. Mais precisamente, entre os dias 25 de janeiro e 30 de abril do corrente ano, a cotação do dólar para venda passou de R\$ 3,1391 para R\$ 3,5046, a maior desde 03 de junho de 2016 (R\$ 3,525), na praça nacional. A variação foi 11,6% no período e 6,16% somente em abril.

De pronto, emergiram, de um lado, inquietações quanto à inevitável piora da situação de endividamento das corporações atuantes no País, e do próprio governo, em moeda forte, e aos desdobramentos inflacionários derivados da elevação do custo das importações, e, de outro, comemorações dos segmentos articulados às exportações, especialmente os mais competitivos integrantes das cadeias do agronegócio.

A despeito da pertinência das manifestações dramáticas e de outras efusivas e ao contrário das avaliações imediatistas voltadas à elaboração de retratos de uma espécie de nuvem passageira, produzida essencialmente pela forte instabilidade política, insegura eleitoral e adiamento das reformas institucionais, parece oportuno lançar argumentos relevantes à observação de formação de uma marcha do câmbio determinada pela efervescência de episódios estruturais, de caráter perene.

De fato, o delineamento da tendência ascendente da moeda americana no Brasil repousa na combinação de movimentos exógenos e endógenos, de tiro longo, que, inexoravelmente, derrubam análises rasteiras excessivamente presas ao exame de variáveis subjacentes ao curto prazo.

Pelo ângulo externo ressalta a ocorrência de fluxos de produção e negócios no limiar do pleno emprego de fatores, notadamente na América do Norte e na Ásia, forçando a subida dos juros primários, capitaneada pelo Federal Reserve Banco Central norte americano e, por extensão, a apreciação do dólar em relação aos demais padrões monetários.

Tal processo, ladeado pela retomada do comportamento crescente dos preços do barril do petróleo - que bateram os US\$ 75, em abril de 2018, representando o maior valor em quase três anos e meio -, em face das expectativas de imposições de sanções econômicas ao Irã pelos Estados Unidos (EUA), resultou na impulsão dos custos de funcionamento da economia global e, especialmente, dos dispêndios de capital e do risco de crédito na maioria dos mercados.

Esse último ponto pode ser comprovado pela ascensão das remunerações oriundas dos bônus do tesouro americano de dez anos, que subiram de 2,6% a.a. para 3,0% a.a., entre fins de 2017 e abril de 2018, chegando ao maior nível desde janeiro de 2014.

No front brasileiro, destaca-se a pronunciada diminuição do hiato entre juros domésticos vis a vis os praticados no resto do mundo.

Especificamente no front brasileiro, destaca-se a pronunciada diminuição do hiato entre juros domésticos vis a vis os praticados no resto do mundo, graças à marcha cadente da taxa Selic, construída pelo Comitê de Política Monetária (Copom), do Banco Central, desde o final de 2016, que recuou de 14,25% ao ano, para 6,5% a.a., entre outubro daquele ano e março de 2018.

A reversão da trajetória de crônica majoração dos juros básicos no Brasil diante das taxas referenciais, cobradas na realização de operações financeiras com clientes preferenciais, nos estados avançados e emergentes, foi ensejada pelo consistente e prolongado declínio das pressões inflacionárias domésticas, ancorado na profunda e prolongada recessão e nos recordes apurados com a oferta agrícola, justificados por acréscimos de área plantada e dos patamares

de produtividade física das principais lavouras.

Apesar da postura comercial protecionista ensaiada pela administração Trump, no afã de abrandar o déficit comercial norte americano com a China, afigura-se provável a manutenção do panorama virtuoso ao dólar em médio prazo. Isso porque predomina a montagem de cenários baseados em premissas que conduzem ao estabelecimento de desenhos de futuros desprovidos de surpresas desagradáveis.

A hipótese prevalecente enfeixa o prosseguimento da recuperação generalizada da economia mundial, marcada por expansão média do produto interno bruto (PIB) próxima de 4,0% a.a. e alcance de taxas de desemprego inferiores a 4,0% da população economicamente ativa (PEA), nos EUA e na China, e 2,5% da PEA, no Japão, praticamente iguais às contabilizadas no auge do ciclo de crescimento interrompido com o default do *subprime* americano, em 2008.

Por essa ordem de ideias, a emissão de sinais inflacionários provenientes de excesso de demanda agregada pode ser contida por meio do regresso da utilização de estratégias monetárias ortodoxas, por parte das autoridades monetárias, algo que já vem ocorrendo nos EUA, em sintonia fina com o comportamento do lado real do sistema econômico.

No caso do Brasil, urge não desperdiçar mais uma oportunidade de encaixe, ainda que retardado, no circuito dinâmico dos negócios internacionais. A desvalorização do real representa o canal de devolução de parte do poder de competição dos agentes locais, retirado pela contínua majoração de custos ocasionada pela conjugação entre elevação da carga de juros e tributos, deterioração da infraestrutura, insuficiência de inversões em ciência e tecnologia, excessiva burocracia e multiplicação dos assaltos aos cofres públicos.

Afinal de contas, câmbio flutuante tem que flutuar. Se isso não acontecer vira regime de cotação fixa, de triste lembrança por essas paragens.

OS ECONOMISTAS E A NAÇÃO

Gilmar Mendes Lourenço

Em carta aberta endereçada aos brasileiros, divulgada em 06 de abril de 2018, o Conselho Federal de Economia (Cofecon), autarquia que representa a categoria social dos Economistas, alertou para o “estado de exceção” vivido pela nação, fruto de uma articulação perversa entre segmento financeiro e seus beneficiários diretos e parcela do setor privado, judiciário e forças armadas, em atendimento às pressões internacionais interessadas na eliminação dos ganhos sociais domésticos, conquistados nos tempos recentes, e na apropriação das “riquezas nacionais”.

O documento, repleto de aspectos característicos de partidarização, permite apreender que a Democracia do País teria sido vitimada pela produção de um golpe, que teve início em 2016, com o impeachment de Dilma Rousseff, prosseguiu com o congelamento dos recursos para as iniciativas públicas de infraestrutura social, por vinte anos, o achatamento do salário mínimo e a flexibilização da legislação trabalhista, e foi concretizado com as manobras do poder judiciário que resultaram na prisão do ex-presidente Lula.

Ademais, o Conselho identificou perfeita semelhança entre o momento atual e as circunstâncias que levaram, em 1936, à detenção e deportação de Olga Benário, esposa do líder comunista brasileiro Luís Carlos Prestes, para a Alemanha nazista. Na visão do Cofecon, a presente orquestração seria também parecida com a aquela celebrada para a deposição do presidente João Goulart, em março de 1964.

Paradoxalmente, a postura do Cofecon, contida na Carta, revela-se absolutamente desprovida de apreciações que tenham surgido da aplicação de critérios técnicos e científicos no exame da dinâmica do tecido social, aliás, marca registrada dos rigorosos esforços e trabalhos empreendidos pelos membros da classe. Mais que isso, por meio do conteúdo apresentado, a entidade simplesmente atropelou o princípio de pluralidade que deveria defender, ao sugerir uma espécie de insurreição coletiva dissociada de eventos eleitorais.

Essencialmente, a retórica do Conselho expõe perfeita aderência com o discurso de Lula, proferido horas antes de sua prisão, em São Bernardo do Campo, em 07 de abril de 2018, repleto de acenos a episódios virtuosos do passado, como se a restauração da Democracia nacional pudesse ser imputada exclusivamente aos efeitos das greves dos trabalhadores do ABC paulista, em fins dos anos 1970.

A reconquista da Democracia em 1985 foi progressivamente construída por intermédio do repúdio do autoritarismo nas urnas.

A reconquista da Democracia em 1985, ainda que baseada em um pacto conservador, acertado entre as alas progressistas do regime militar e moderadas das oposições, foi progressivamente construída por intermédio do repúdio do autoritarismo nas urnas (em 1974, 1978 e 1982). Os movimentos e manifestações para a realização de eleições diretas, liderados por Ulisses Guimarães, e a exacerbação da insatisfação social, empurraram a ação sindical na direção das esquerdas.

Nesse sentido, os radares do Cofecon não conseguiram alcançar a edificação da Carta Magna de 1988, o *welfare state* brasileiro, que, dentre outros avanços, ensejou o competente exercício de políticas de abrandamento da concentração de renda e da miséria, nos anos 1990 e 2000, nas gestões de Fernando Henrique Cardoso e Lula.

O raciocínio do Conselho também não captou os aprimoramentos institucionais ocorridos na década de 1990, sobretudo a abertura comercial, as privatizações, a flexibilização dos monopólios, a lei de responsabilidade fiscal e o extermínio da superinflação, executado pelo plano real, o que devolveu previsibilidade ao cálculo econômico.

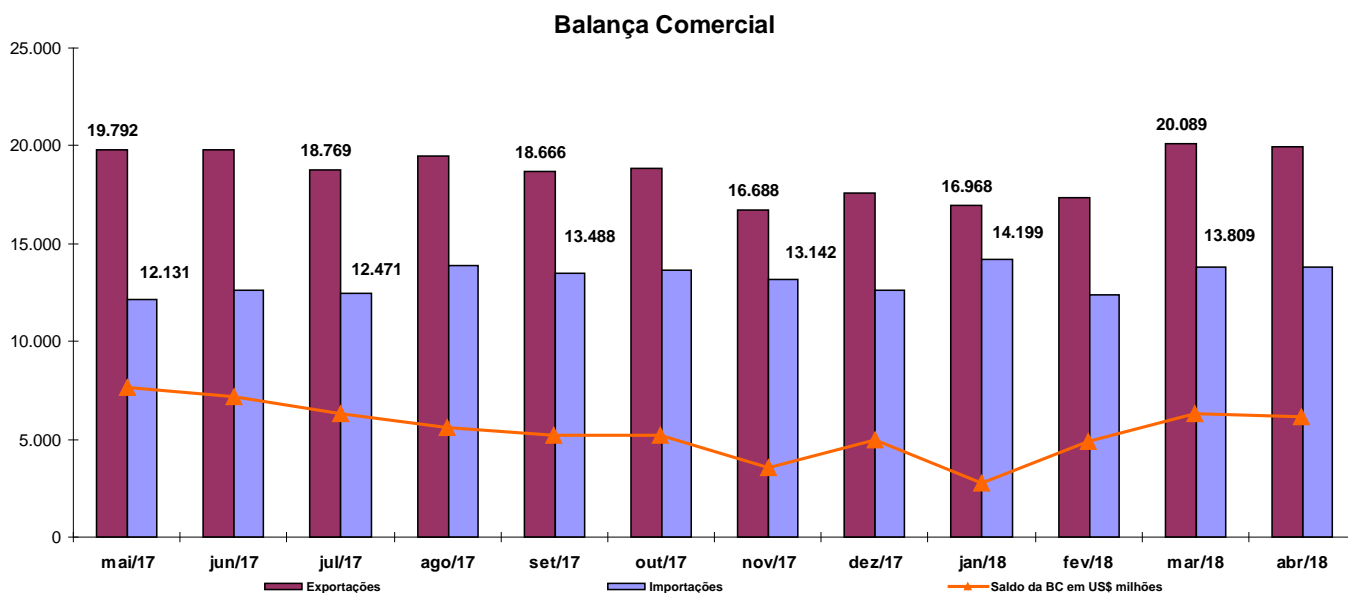
Ressalte-se o aparente desprezo, por parte do organismo dos economistas, aos fenômenos de evolução democrática expressos na instauração de processos de impedimento de dois presidentes da república – Collor, em 1992, e Dilma, em 2016 -, pela prática de crime de responsabilidade, e a prisão de um terceiro, que, em dois mandatos, transformou o estado brasileiro em um império (ou paraíso, para os que não se consideram humanos) dominado por empreiteiras, cuja destruição requer aprofundamento da operação Lava Jato.

Por fim, o Cofecon parece ter esquecido que o tão sonhado desenvolvimento econômico, centrado na combinação entre a elevação consistente dos níveis de produtividade e redução das desigualdades sociais, depende de estabilidade jurídica e respeito às instituições, algo que, em ambientes democráticos, só pode ser viabilizado pelo amadurecimento da decisão de voto, influenciado decisivamente pelo debate de ideias e confronto de opiniões.

Isso é particularmente relevante para a consolidação do atual estágio de recuperação da economia, ainda incipiente e determinado pela queda da inflação e dos juros, ancorada em uma nova geração de reformas estruturais e investimentos em infraestrutura, educação e inovação.

Comércio Internacional.**Balança Comercial Mensal (Abril/2018) – MDIC****Fato**

Em abril de 2018, a *Balança Comercial* fechou com *superávit* de US\$ 6,14 bilhões, resultado de *exportações* de US\$ 19,93 bilhões e *importações* de US\$ 13,79 bilhões. A *corrente do comércio* atingiu US\$ 33,72 bilhões, no mês e US\$ 128,51 bilhões, no ano. O *superávit comercial* acumulado no ano é de US\$ 20,09 bilhões.



Fonte: MDIC

Causa

Utilizando o critério da média diária, com relação ao mês anterior, as *exportações* apresentaram recuo de 0,8%, e as *importações* de 0,1%. Pelo mesmo critério, na comparação com abril de 2017, houve queda de 3,4% nas *exportações* e crescimento de 10,3% nas *importações*.

No acumulado no ano, às *exportações* aumentaram 7,7% sobre igual período de 2017 e as *importações*, 14,5%. A *corrente do comércio* cresceu 10,5%.

Em abril de 2018, na comparação com igual mês do ano anterior, as *exportações* de produtos *manufaturados* caíram 4,0%, as de *básicos*, 2,9% e as de produtos *semimanufaturados*, 2,7%. Em termos de países, os cinco principais compradores foram: China, Estados Unidos, Argentina, Países Baixos e Chile. Pelo lado das importações, houve aumento de 36,2% em *bens de capital*, 12,2% em *bens de consumo*, 6,3% em *bens intermediários* e de 6,3% em *combustíveis e lubrificantes*. Os cinco principais fornecedores para o Brasil foram: Estados Unidos, China, Argentina, Alemanha e Coréia do Sul.

Na comparação dos valores acumulados no ano, frente à igual período do ano anterior, houve crescimento de 15,9%, nas *exportações* de produtos *manufaturados*, 4,2% nos *produtos semimanufaturados* e 2,6%, nos *básicos*. Pelo lado das *importações* ocorreu expansão de 34,8% nas compras de *combustíveis e lubrificantes*, 23,2% em *bens de capital*, 17,1%, nos *bens de consumo* e de 9,1% em *bens intermediários*.

Conseqüências

O *saldo comercial* vem apresentando bom desempenho, mas está abaixo do *recorde comercial* de 2017, seja por menor crescimento nas *exportações* ou por crescimento mais expressivo nas *importações*.

Atividade**Produção Industrial Mensal (Fevereiro/2018) – IBGE****Fato**

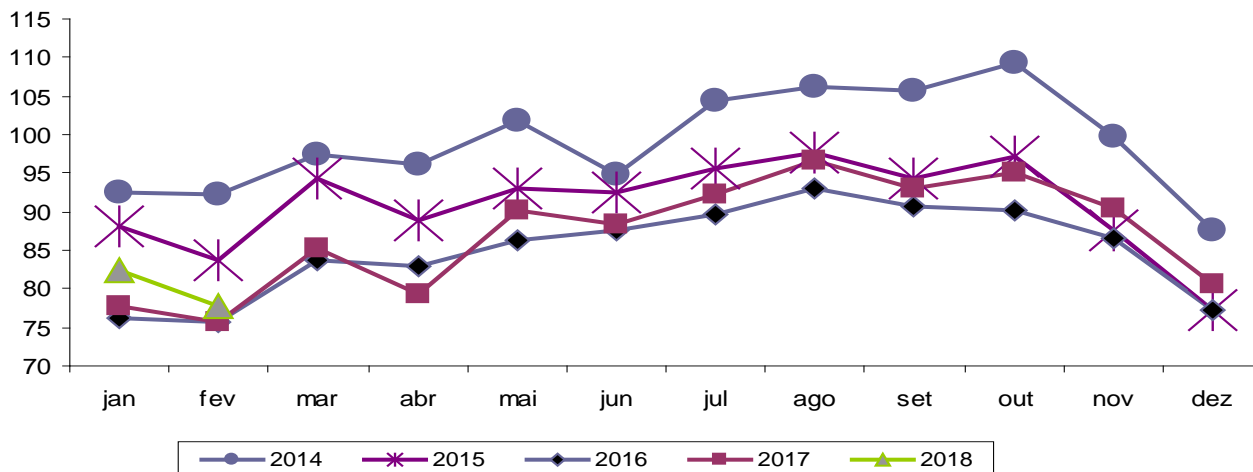
Em fevereiro, a *produção industrial* cresceu 0,2% com relação ao mês anterior. Frente a fevereiro de 2017, houve crescimento de 2,8% e no acumulado dos últimos doze meses o avanço foi de 3,0%, o melhor resultado desde junho de 2011.

Causa

Na comparação com o mês anterior, os *bens de consumo duráveis* registraram o avanço mais intenso, 1,7%, seguido de *bens de capital*, 0,1%. Por outro lado os *bens intermediários* e os *bens de consumo semi e não-duráveis* tiveram recuo de 0,7% e 0,6%, respectivamente.

Com relação a fevereiro de 2017, a *produção industrial* apresentou a maior elevação em *bens de consumo duráveis*, 15,6%, décima sexta taxa positiva consecutiva. O setor de *bens de capital* cresceu 7,8%, décima alta consecutiva. Os segmentos de *bens de consumo semi e não-duráveis* e de *bens intermediários* cresceram, por ordem, 1,6% e 1,5%.

Produção Industrial BRASIL



Fonte: IBGE - Índice de base fixa mensal sem ajuste sazonal (Base: média de 2002 = 100)

Consequência

Apesar do crescimento menos intenso na comparação com o mês anterior, a *produção industrial* segue apresentando taxas positivas, devendo manter esta tendência nas próximas apurações.

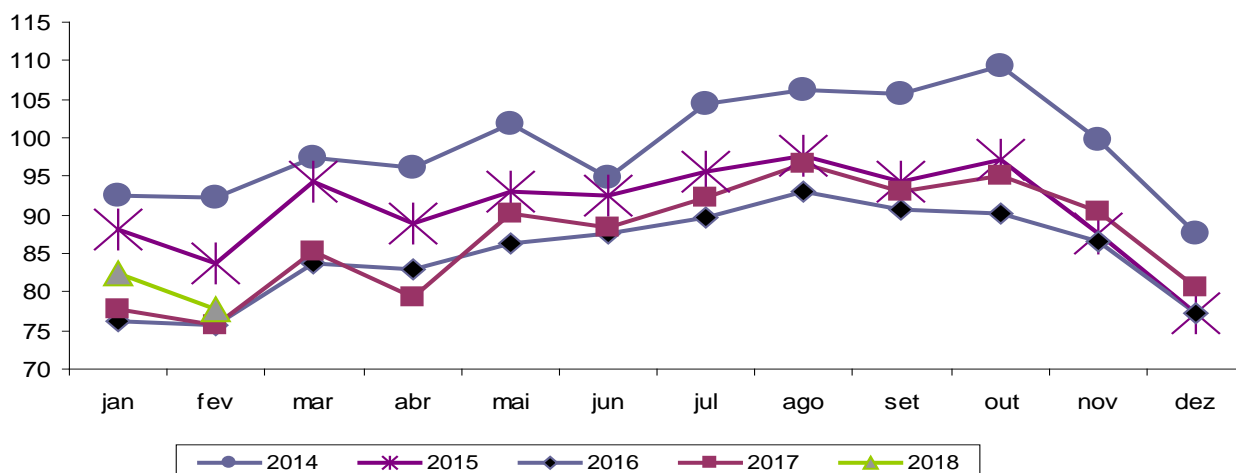
Atividade

Pesquisa Industrial - Regional – Brasil (Fevereiro/2018) - IBGE

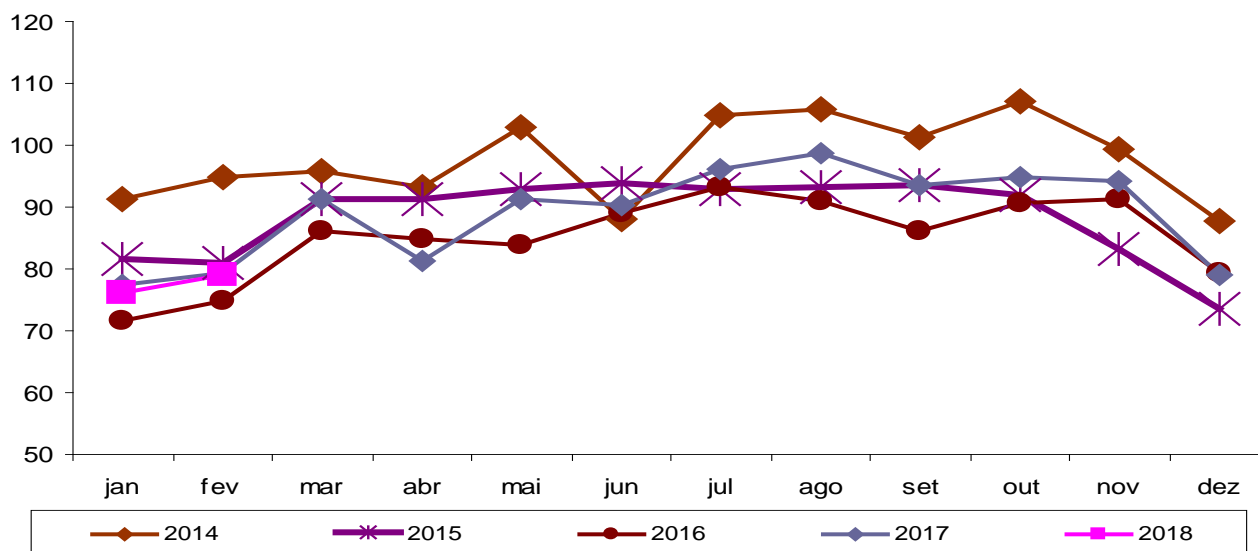
Fato

Entre janeiro e fevereiro, a *produção industrial* cresceu em seis dos quinze locais pesquisados e na comparação com fevereiro de 2017, nove das quinze regiões pesquisadas registraram variação positiva. No acumulado dos últimos doze meses, dez dos quinze locais apresentaram avanço. No **Paraná** a *produção industrial* apresentou crescimento de 3,3%, frente ao mês anterior. Na comparação com fevereiro de 2017, houve queda de 0,2% e no acumulado em doze meses avanço de 3,3%.

Produção Industrial BRASIL



Produção Industrial PARANÁ



Fonte: IBGE - Índice de base fixa mensal sem ajuste sazonal (Base: média de 2002 = 100)

Causa

Na comparação com o mês anterior os locais que registraram maior avanço foram: **Paraná**, Região Nordeste Pernambuco e Rio de Janeiro. Por outro lado as quedas mais acentuadas foram no Pará, Amazonas, e Mato Grosso. Na comparação com fevereiro de 2017, os maiores crescimentos foram no Amazonas, Santa Catarina, Pernambuco, São Paulo, Bahia e Rio de Janeiro. Os principais recuos foram registrados em Minas Gerais e no Espírito Santo.

No **Estado do Paraná**, na comparação com o mesmo mês no ano anterior, das treze atividades pesquisadas, nove registraram avanço. Os maiores impactos positivos vieram *veículos automotores, reboques e carrocerias e produtos de madeira*. Por outro lado, os principais impactos negativos vieram de *produtos alimentícios e coque, produtos derivados de petróleo e biocombustíveis*.

Consequência

Frente ao mês anterior a indústria paranaense demonstrou forte recuperação, após a queda de 4,2% em janeiro. Para os próximos meses tanto em termos locais como nacionais é esperado continuidade na lenta trajetória de recuperação.

Atividade

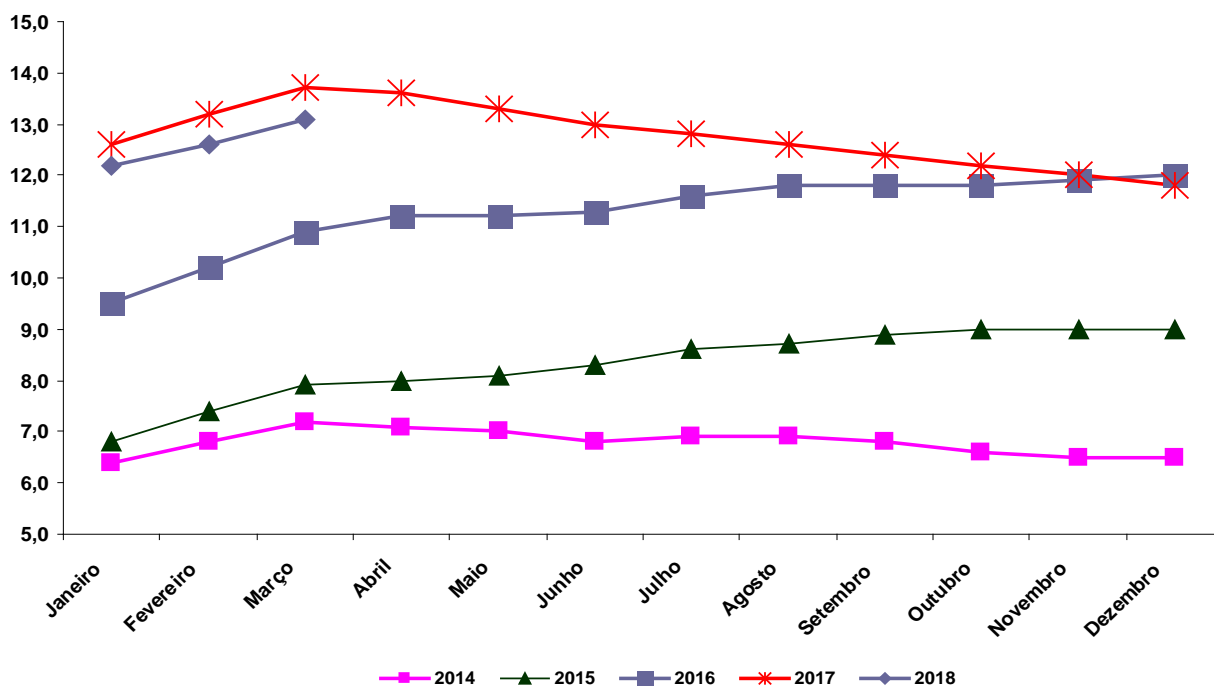
PNAD Contínua – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Trimestre encerrado em março/2018) – IBGE

Fato

A **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio** apontou, para o trimestre encerrado em março, *taxa de desocupação* de 13,1%, com crescimento de 1,3 p.p. frente ao trimestre encerrado em dezembro de 2017 e recuo de 0,6 p.p. na comparação com o mesmo trimestre do ano anterior. No que se refere aos *trabalhadores com carteira de trabalho assinada*, houve queda de 1,2% frente ao trimestre anterior e de 1,5% no confronto com o trimestre encerrado em março de 2017. O *rendimento médio real habitualmente recebido* ficou em R\$ 2.169, com estabilidade em ambas as comparações.

Causa

Na análise do contingente de ocupados segundo os grupamentos de atividade, em relação ao trimestre encerrado em dezembro de 2017, ocorreram retrações na *indústria*, 2,7%, *construção*, 5,6%, *comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas*, 2,2%, *administração pública, defesa, seguridade, educação, saúde humana e serviços sociais*, 1,7% e *outros serviços*, 10,4%. Nesta comparação nenhuma categoria apresentou avanço.



A taxa de desemprego ainda segue em patamar elevado, inexistindo sinalizações para melhora intensa nos próximos meses.

Atividade

Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (Março/2018) – IBGE

Previsão da Safra de Grãos

Fato

Em março, a estimativa da *safr nacional de cereais, leguminosas e oleaginosas* foi de uma produção de 229,3 milhões de toneladas, 4,7% inferior à safra de 2017 e 0,9 %, acima da previsão de fevereiro.

Causa

Com relação à produção de 2017, as três principais culturas, *arroz, milho* e *soja* que juntos representam 93,1% do total da *produção nacional*, deverão registrar recuo de 0,4% para a *soja*, 12,4% para o *milho* e 5,5% para o *arroz*.

O *levantamento sistemático da produção agrícola* registrou variação positiva para treze dos vinte e seis produtos analisados: *algodão herbáceo em caroço, amendoim em casca 2ª safra, aveia em grão, cacau em amêndoa, café em grão – arábica, café em grão – canephora, cevada em grão, feijão em grão 2ª safra, mamona em baga, mandioca, sorgo em grão, trigo em grão e triticale em grão*. Em sentido contrário, deverão apresentar redução na quantidade produzida: *amendoim em casca 1ª safra, arroz em casca, batata-inglesa 1ª, 2ª e 3ª safras, cana-de-açúcar, cebola, feijão em grão 1ª e 3ª safras, laranja, milho em grão 1ª, 2ª e 3ª safras e soja em grão*.

Regionalmente, a produção de *cereais, leguminosas e oleaginosas* está assim distribuída: Centro-Oeste, 43,9%, Sul, 34,4%, Sudeste, 9,6%, Nordeste, 8,5% e Norte, 3,7%. O Estado do Mato Grosso do Sul, mantém a posição de liderança na *produção nacional de grãos*, com participação de 25,5%, seguido pelo **Estado do Paraná**, com 17,0%.

Conseqüência

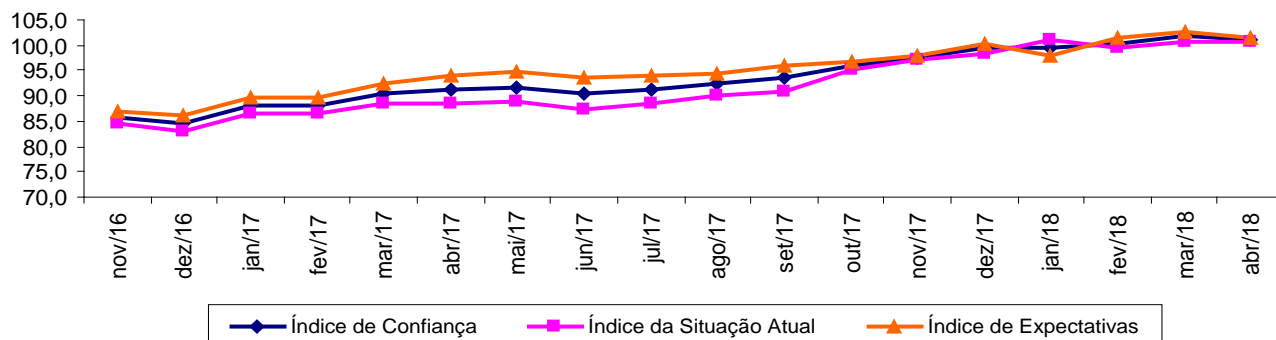
De acordo com *prognóstico das áreas plantadas*, realizado pelo IBGE em março, a *safr de grãos* em 2018 será inferior ao recorde de 2017. Estando, entretanto, condicionado ao regime de chuvas em áreas importantes para a *produção nacional*, que pode alterar este cenário.

Atividade

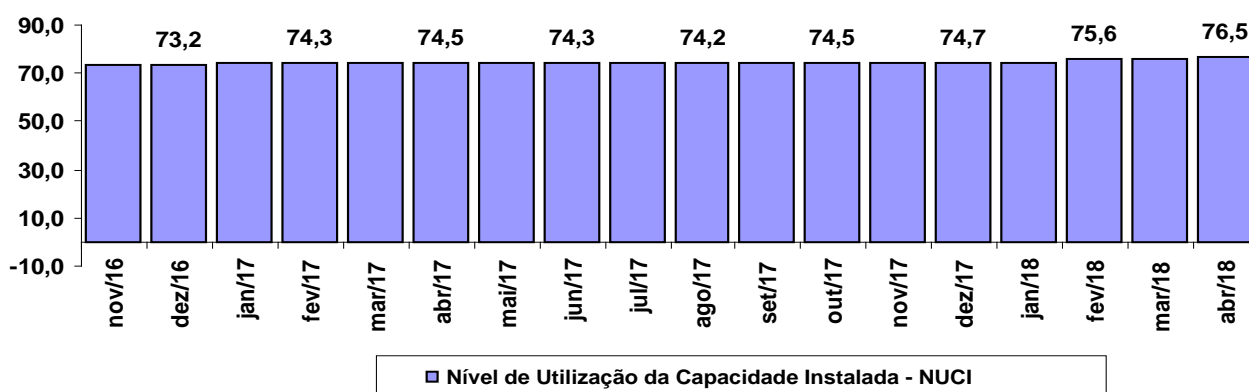
ICI – Índice de Confiança da Indústria - Sondagem da Indústria (Abril/2018) – FGV

Fato

Na passagem de março para abril, o *Índice de Confiança da Indústria de Transformação - ICI* registrou recuo de 0,7 pontos, passando de 100,7 para 100,0 pontos, com queda de 0,1 pontos no *Índice da Situação Atual - ISA* e de 1,3 pontos no *Índice das Expectativas - IE*. O *Nível de Utilização da Capacidade Instalada - NUCI* aumentou 0,4 p.p., atingindo 76,5%, o maior desde maio de 2015.



Fonte: FGV



Fonte: FGV

Causa

No *ISA* o principal quesito que contribuiu para a queda foi o *nível de estoques* com aumento de 0,2 p.p. nas empresas que avaliam o *nível de estoques como excessivo* e queda de 1,0 p.p. nas que o *consideram como insuficiente*. A maior contribuição para a alta do *IE* foi do indicador que mede as expectativas com a *evolução do pessoal ocupado nos três meses seguintes*, com crescimento de 9,5% para 11,5% nas empresas prevendo *redução*, e queda de 22,6% para 18,6% nas que prevêm *aumento*.

Conseqüências

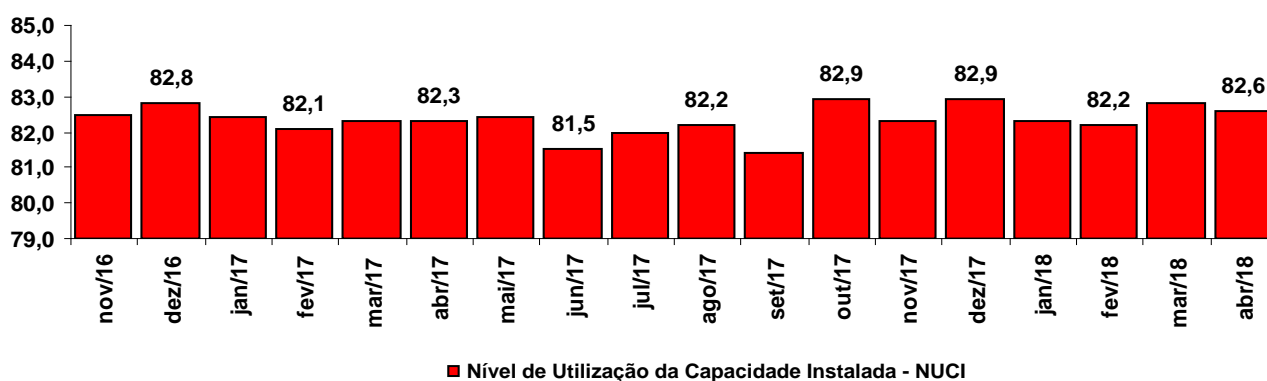
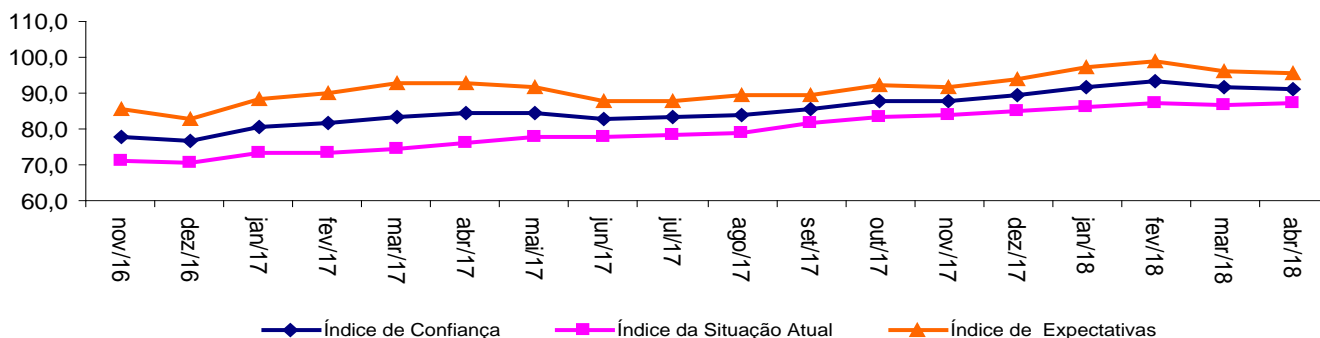
O resultado do mês é insuficiente para sinalizar uma alteração na trajetória de recuperação, que deve seguir em gradual crescimento, podendo ser negativamente influenciado pelas incertezas associadas à proximidade das eleições.

Atividade

ICS – Índice de Confiança de Serviços - Sondagem de Serviços (Abril/2018) – FGV

Fato

Em abril, o *Índice de Confiança de Serviços - ICS* caiu 0,2 pontos na comparação com o mês anterior, passando 91,4 para 91,2 pontos. O *Índice da Situação Atual - ISA* aumentou 0,4 pontos passando de 86,8 para 87,2 pontos. O *Índice de Expectativas - IE* teve redução de 0,8 pontos atingindo 95,3 pontos.



Fonte: FGV

Causa

No *ISA*, destacaram-se as avaliações mais otimistas sobre o *volume de demanda atual* que avançou 1,5 pontos para 86,0 pontos. Nas *expectativas*, houve queda de 4,5 pontos no índice que mede a *tendência dos negócios*.

Consequência

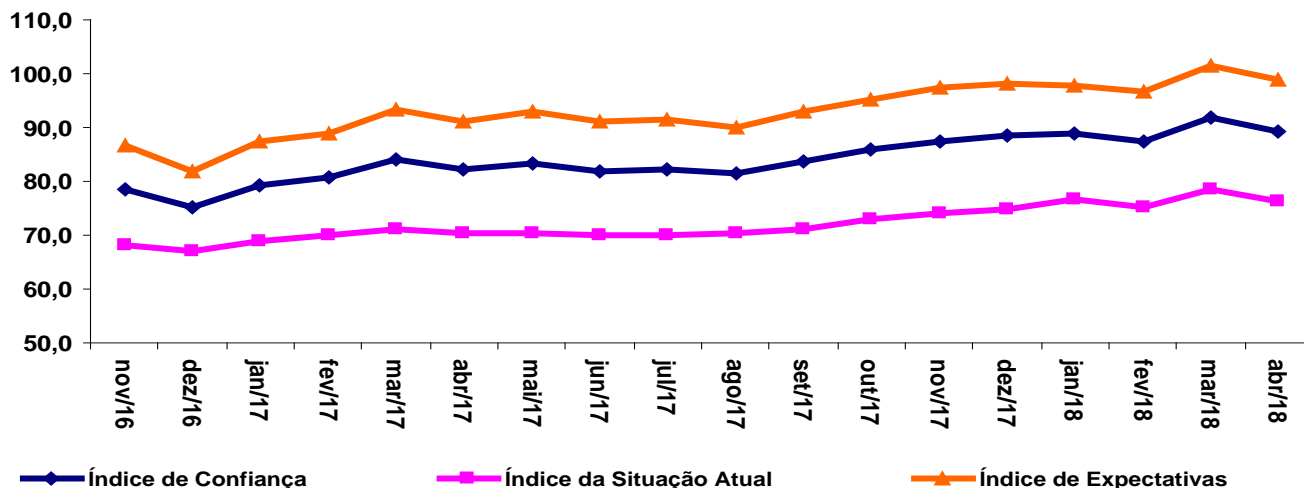
O segmento vinha apresentando movimento suave de recuperação, apresentando relativa estabilidade no mês, após o recuo de março. Para os próximos meses, a expectativa é de continuidade na lenta recuperação.

Atividade

ICC – Índice de Confiança do Consumidor – Sondagem do Consumidor (Abril/2018) – FGV

Fato

Entre os meses de março e abril, o **ICC** recuou 2,6 pontos chegando a 89,4 pontos. O índice da *Situação Atual* diminuiu 2,3 pontos, passando de 78,6 para 76,3 pontos e o *Índice das Expectativas* caiu de 2,5 pontos, atingindo 99,0 pontos.



Fonte: FGV

Causa

O indicador que mede o *otimismo com relação à economia nos meses seguintes* teve a maior contribuição negativa, com queda de 7,3 pontos, atingindo 110,7 pontos. No que tange ao momento presente, o indicador que mede o *grau de satisfação com a economia* recuou 1,1 ponto, para 83,3 pontos, enquanto o indicador que mede a *situação financeira das famílias* caiu 3,4 pontos, para 69,8 pontos.

Consequência

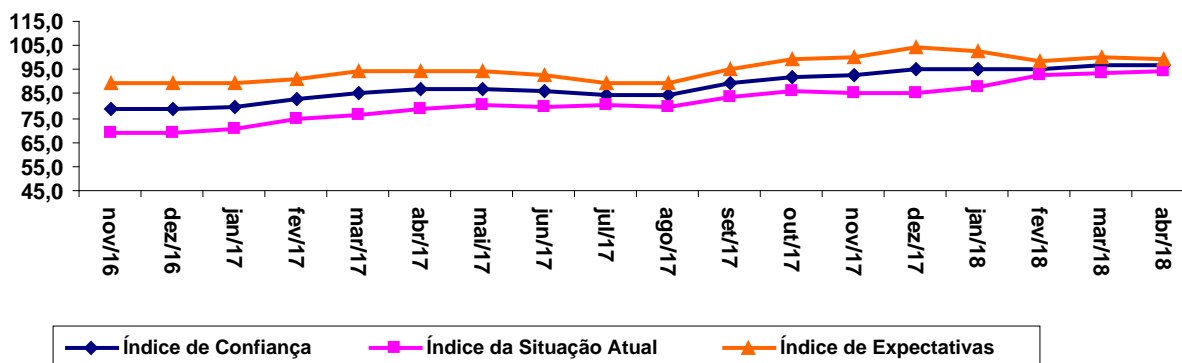
A queda no mês registra uma reavaliação com relação às *expectativas dos consumidores* que caminhava em uma tendência crescente, caracterizando uma *perspectiva de pessimismo moderado*.

Atividade

ICom – Índice de Confiança do Comércio - Sondagem do Comércio (Abril/2018) – FGV

Fato

O *Índice de Confiança do Comércio - ICom* recuou 0,1 pontos entre março e abril, passando de 96,8 para 96,7 pontos, a primeira queda depois de sete altas consecutivas. O *Índice da Situação Atual - ISA* subiu 0,6 pontos, chegando a 94,1 pontos e o *Índice de Expectativas - IE* recuou 0,8 pontos, atingindo 99,4 pontos.



Fonte: FGV

Causa

A queda do **ICOM** foi influenciada principalmente pela piora no **IE-COM** em decorrência de revisão nas expectativas de vendas de *bens não duráveis*, com retração de 2,9 pontos no mês. Com relação às vendas dos *bens duráveis* houve aumento de 0,8 pontos em abril.

Consequência

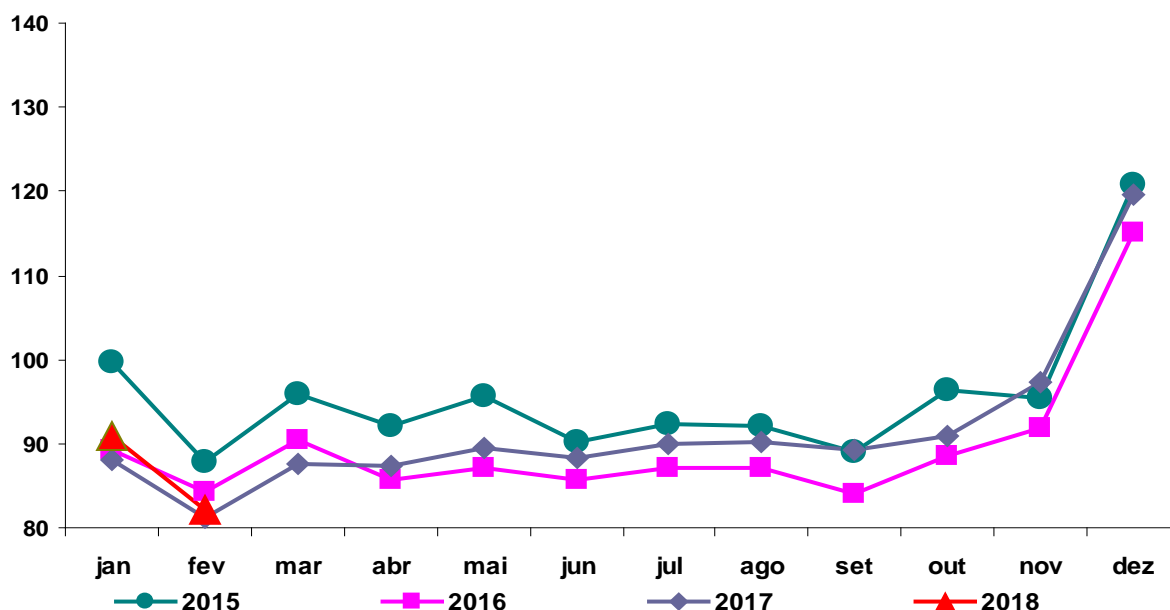
O breve recuo no mês reflete maior cautela por parte do setor e apesar de ainda existirem fortes incertezas, o indicador se afasta dos níveis extremamente baixos dos últimos anos, atingindo patamar moderado.

Atividade

Pesquisa Mensal do Comércio (Fevereiro/2018) – IBGE

Fato

No mês de fevereiro, o *volume de vendas* do comércio varejista teve queda de 0,2% e a *receita nominal* recuo de 0,5%. Nas demais comparações, sem ajustamento, as taxas para o *volume de vendas* foram de avanço de 1,3% sobre fevereiro de 2017 e de 2,8% no acumulado em doze meses. A *receita nominal* obteve taxas de 1,6% com relação à igual mês de 2017 e 2,4% no acumulado em doze meses. Considerando o *comércio varejista ampliado*, no *volume de vendas* as variações foram: negativo 0,1% frente a janeiro, 5,2% frente a fevereiro de 2017 e 5,4% no acumulado em doze meses. Na *receita nominal* houve estabilidade frente ao mês anterior, crescimento de 5,2% na comparação com fevereiro de 2017 e de 4,5% no acumulado em doze meses.



Fonte: IBGE

Índices de volume e de receita nominal de vendas no comércio varejista por tipos de índice (2003 = 100)

Causa

No confronto com fevereiro de 2017, as atividades do varejo que tiveram maior impacto positivo no *volume de vendas* foram: *Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo*, 2,0%, *Outros artigos de uso pessoal e doméstico*, 8,3%, *Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos*, 4,3%, *Móveis e eletrodomésticos*, 3,2% e *Equipamentos e material para escritório, informática e comunicação*, 5,8%. Por outro lado *Combustíveis e Lubrificantes* apresentou a maior queda, 7,0%, seguido por *Tecidos, vestuário e calçados*, 5,8% e *Livros, jornais, revistas e papelaria*, 5,6%.

No comércio varejista ampliado, *Veículos, motos, partes e peças*, tiveram crescimento de 2,5% e *Material de construção* queda de 0,3%.

Consequência

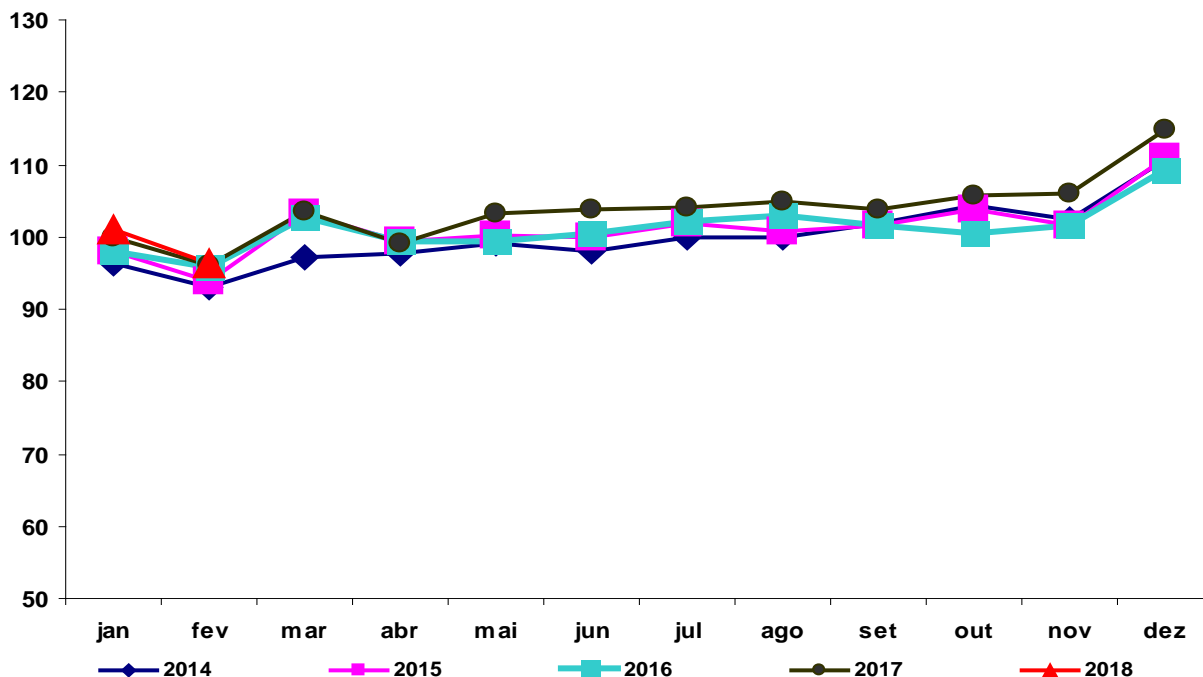
A atividade do comércio varejista segue em lenta recuperação. Para os próximos períodos é esperada continuidade nesta trajetória.

Atividade

Pesquisa Mensal de Serviços (Fevereiro/2018) – IBGE

Fato

No mês de fevereiro frente a janeiro o *volume de serviços* cresceu 0,1% e a *receita nominal* caiu 0,2%. Com relação a igual mês do ano anterior, o *volume de serviços* recuou 2,2% e a *receita nominal dos serviços* cresceu 0,3%. No acumulado em doze meses a taxa do *volume de serviços* ficou em negativos 2,4% e a *receita nominal* aumentou 2,4%.



Fonte: IBGE

Índice de receita nominal de serviços (Base: Média de 2011 = 100) (Número índice)

Causa

No confronto com fevereiro de 2017, três das cinco atividades de divulgação apresentaram resultados negativos, *Serviços Prestados às Famílias*, 5,2% *Serviços de Informação e Comunicação*, 4,9%, e *Serviços profissionais, administrativos e complementares*, 1,6%. Por outro lado tiveram variação positiva, *Outros Serviços*, 7,2% e *Transportes, Serviços Auxiliares, dos Transportes e Correio*, 0,6%. O índice de *Atividades Turísticas* registrou queda de 5,2%.

Consequência

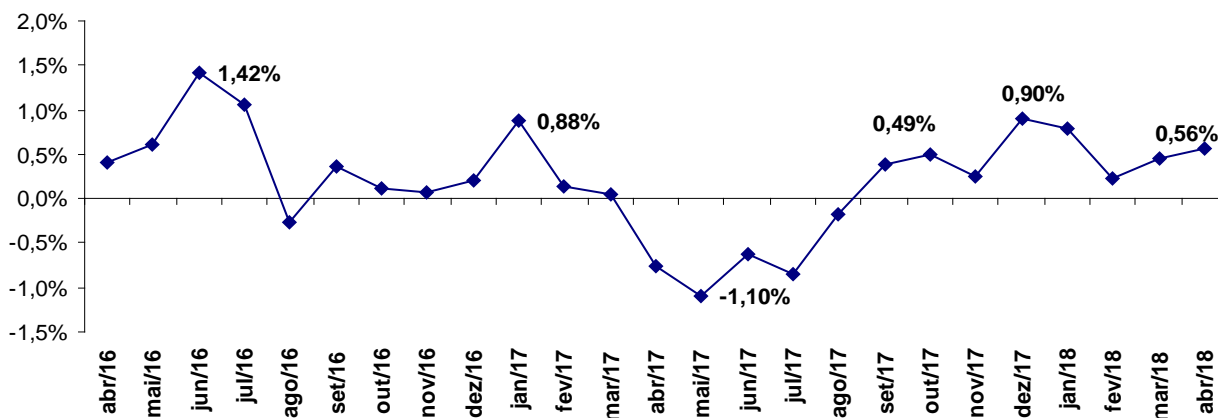
De maneira semelhante a outros setores da economia o *setor de serviços* segue em lenta trajetória de recuperação, apresentando oscilações ao longo dos meses.

Inflação

IGP-10 (Abril/2018) – FGV

Fato

O **IGP-10** registrou variação de 0,56% em abril, aumentando 0,11 p.p. com relação a março. No acumulado em doze meses a variação é de 1,31%.



Fonte: FGV

Causa

No mês de abril, dentre os componentes do **IGP**, o **IPA**, aumentou a taxa de variação em 0,07 p.p., apresentando variação de 0,70%, neste, ocorreu avanço em *Matérias-Primas Brutas*, 1,06 p.p., com variação de 1,49%, contribuíram para a maior variação do grupo: *minério de ferro*, *mandioca* e *suínos*. Os *Bens Intermediários* tiveram acréscimo de 0,36 p.p., com destaque para *combustíveis e lubrificantes para a produção*. Os *Bens Finais* avançaram 0,68 p.p., conseqüência da maior variação no subgrupo *combustíveis para consumo*.

O **IPC** teve aceleração de 0,18 p.p., com o grupo *Alimentação* sendo o principal responsável pelo aquecimento do índice, neste grupo destacou-se o item *frutas*. Os grupos *Habitação*, *Educação*, *Leitura e Recreação*, *Saúde e Cuidados Pessoais* e *Comunicação*, também apresentaram elevação no índice de preços. O **INCC** teve aquecimento de 0,18 p.p., com maior variação em *Materiais Equipamentos e Serviços* e em *Mão de Obra*.

Conseqüência

O índice volta a apresentar avanço no mês, apesar do baixo patamar que se encontra nos valores acumulados. Para os próximos meses a expectativa é de continuidade no arrefecimento.

Inflação

IGP-M (Abril/2018) – FGV

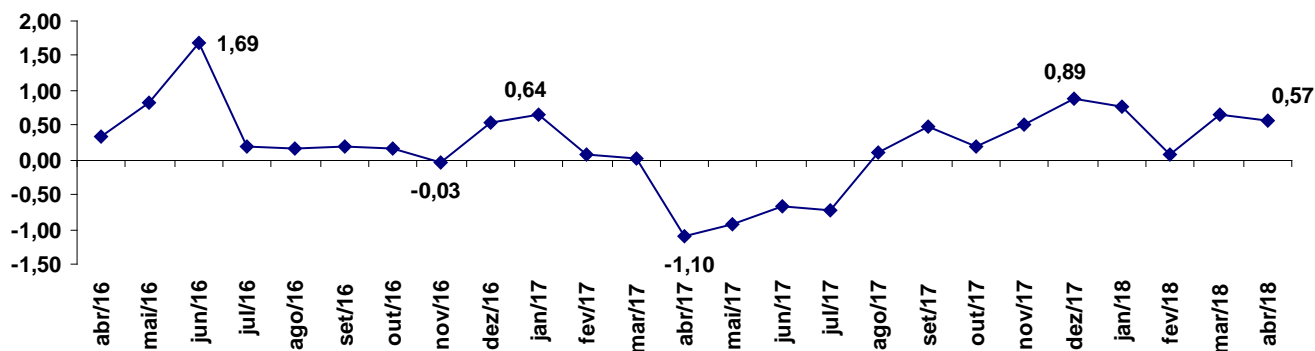
Fato

O **IGP-M** variou 0,57% em abril, 0,07 p.p. abaixo da variação de março. Em doze meses o acumulado é de 1,89%.

Causa

Dos índices que compõe o **IGP-M**, o **IPA**, que responde por 60% na composição do índice, registrou desaceleração de 0,18 p.p., com destaque para as *Matérias-Primas Brutas* que recuaram 1,10 p.p., com variação de 0,44%, principalmente em decorrência da queda nos preços de *minério de ferro*, *mandioca* e *bovinos*. Os *Bens Finais* tiveram variação 0,07 p.p. menor, como conseqüência do decréscimo no preço dos *alimentos in natura*. Os *Bens Intermediários* tiveram aceleração de 0,47 p.p., decorrente principalmente da maior variação dos preços dos *combustíveis e lubrificantes para a produção*.

O **IPC** apresentou aceleração de 0,17 p.p., principalmente devido à maior variação em *Alimentação*, como conseqüência do item *laticínios*. Outros grupos também apresentaram aquecimento nos preços: *Saúde e Cuidados Pessoais*, *Habitação*, *Educação*, *Leitura e Recreação* e *Comunicação*. O **INCC** apresentou aceleração de 0,05 p.p., com recuo em *Materiais, Equipamentos e Serviços* e aquecimento em *Mão de Obra*.



Fonte: FGV

Conseqüência

De forma similar a outros *índices inflacionários* o **IGP-M** segue em patamar comportado o que deverá ter influencia nos *preços ao consumidor* nos próximos períodos.

Inflação

IGP-DI (Março/2018) – FGV

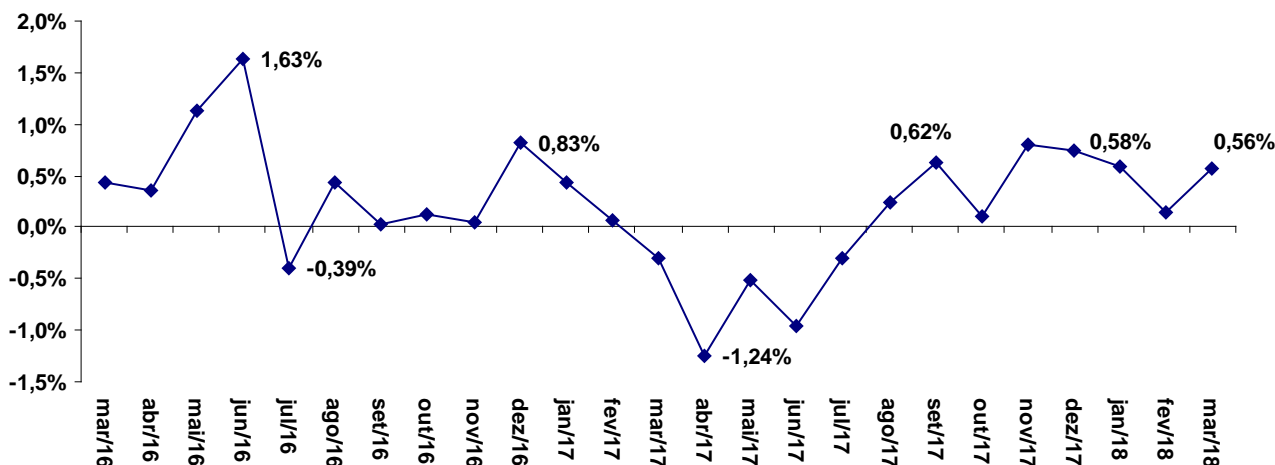
Fato

O *Índice Geral de Preços Disponibilidade Interna* - **IGP-DI** registrou variação de negativos 0,56% em março, acelerando 0,41 p.p. frente ao mês anterior. Nos últimos doze meses, o índice acumula alta de 0,76%.

Causa

Na composição do **IGP-DI**, o **IPA** avançou sua taxa de variação em 0,62 p.p., atingindo 0,77%. Os *Bens Finais* tiveram a maior aceleração 1,18 p.p., com destaque para a maior variação em *alimentos in natura*. Os *Bens Intermediários* tiveram aceleração de 0,60 p.p., sendo o principal responsável *combustíveis e lubrificantes para a produção*. As *Matérias-Primas Brutas* registraram variação 0,08 p.p. menor, decorrente da desaceleração em *minério de ferro, mandioca* e suínos.

O **IPC** apresentou a mesma variação do mês anterior, 0,17%, com maior variação em *Vestuário, Alimentação, Habitação, Comunicação* e *Saúde e Cuidados Pessoais*. Por outro lado apresentaram variação menor: *Transportes, Educação, Leitura e Recreação* e *Despesas Diversas*. O **INCC** registrou aceleração de 0,11 p.p., com avanço em *Materiais, Equipamentos e Serviços*, 0,22 p.p. e em *Mão de Obra*, 0,03 p.p.



Fonte: FGV

Consequência

Após três recuos consecutivos, o **IGP-DI** voltou a apresentar aceleração. Para os próximos períodos é esperada retomada na trajetória de queda.

Inflação

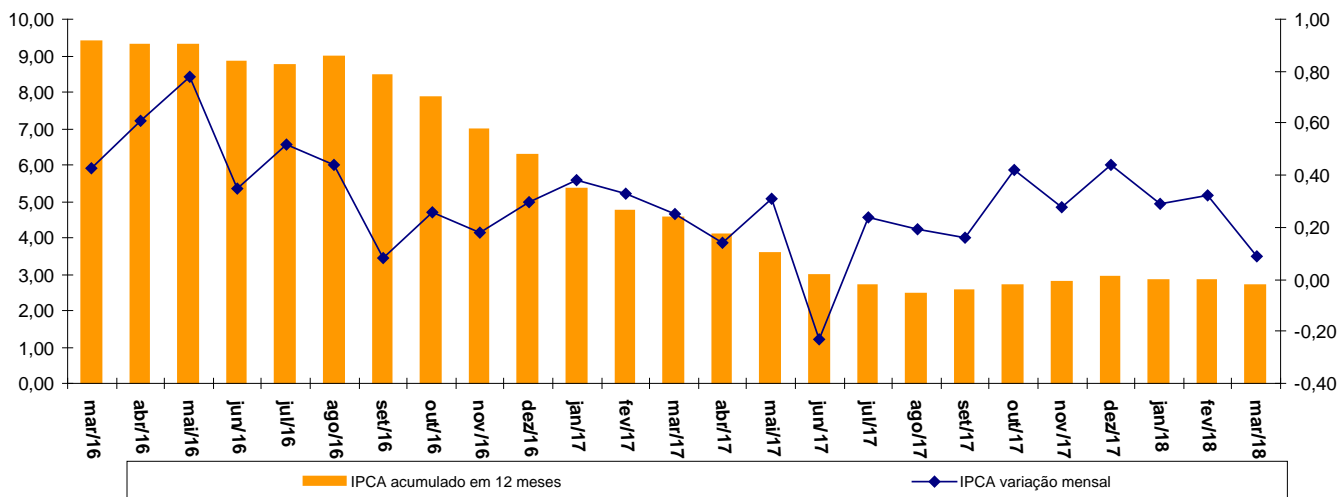
IPCA (Março/2018) – IBGE

Fato

O **IPCA** variou 0,09% em março, 0,23 p.p. abaixo da variação de fevereiro, o menor índice para um mês de março desde a implantação do Plano Real. O índice acumulado em doze meses é de 2,68%, abaixo dos doze meses imediatamente anteriores, 2,84%. No ano, o acumulado ficou em 0,70%. Em **Curitiba** o índice manteve a taxa de variação do mês anterior, 0,10%. No ano a variação está em 0,46% e em doze meses, 2,85%.

Causa

No mês entre os nove grupos pesquisados dois apresentaram deflação, *Transportes*, 0,25% e *Comunicação*, 0,33%. No primeiro grupo a queda foi motivada pelo item *passagens aérea*, com variação negativa de 15,42% e também nos *combustíveis* com recuo de 0,04%. Na *Comunicação* a queda foi motivada pela redução nas *tarifas das ligações locais e interurbanas, de fixo para móvel*. A maior variação positiva foi no grupo *Saúde e Cuidados Pessoais*, 0,48%.



Fonte: IBGE

Consequência

O resultado do **IPCA** apresentou recuo após o breve aquecimento do mês anterior, de maneira semelhante a outros índices de preço. A trajetória descendente deve permanecer pelos próximos meses.

Inflação

IPCA - 15 (Abril/2018) – IBGE

Fato

O IPCA – 15 registrou variação de 0,21% em abril, 0,11 p.p. acima do registrado em março. No ano o acumulado é de 1,08%, e em doze meses 2,80%. **Em Curitiba a variação foi de 0,14%**, 0,13 p.p., superior a de março, acumulando 0,92% no ano e 3,02% em doze meses.

Causa

No mês, o maior recuo foi no grupo *Comunicação*, com variação negativa de 0,15%, influenciado principalmente pelo item *telefone fixo*, em função da redução nas tarifas das ligações locais e interurbanas de fixo para móvel em vigor desde 25 de fevereiro. Por outro lado o grupo *Saúde e Cuidados Pessoais* registrou a maior alta do mês, com variação de 0,69% e impacto de 0,08 p.p., no resultado final. Neste, destacam-se os aumentos em *plano de saúde* e *remédios*. O grupo *Alimentação e Bebidas* teve aceleração de 0,22 p.p., registrando variação de 0,15%, influenciado principalmente pelo item *frutas*.

Consequência

A *inflação* segue em patamar comportado, não existindo indicadores para variações mais intensas no *nível de preços*.

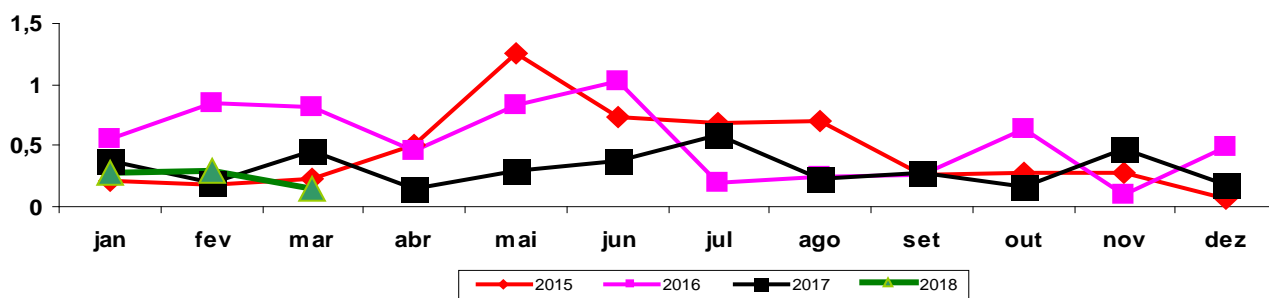
Inflação

Custos e Índices da Construção Civil (Março/2018) – IBGE - Caixa Econômica Federal

Fato

O *Índice Nacional da Construção Civil* variou 0,14% em março, 0,16 p.p. abaixo do resultado de fevereiro. Em doze meses, o acumulado é de 3,49%, abaixo dos 3,82% registrados nos doze meses imediatamente anteriores. O *custo nacional por metro quadrado* passou de R\$ 1.072,87 em fevereiro, para R\$ 1.074,41 em março sendo R\$ 553,35 relativos aos *materiais* e R\$ 521,06 à *mão-de-obra*.

No **Estado do Paraná**, as variações foram de negativos 0,24% no mês e positivos 1,68% em doze meses, e o *custo médio* atingiu R\$ 1.080,04.



Fonte: IBGE e CAIXA

Causa

Na composição do índice a parcela dos *materiais* variou 0,49%, 0,05 p.p. abaixo do índice de fevereiro, e a componente *mão-de-obra*, recuou 0,28 p.p., registrando variação negativa de 0,22%. No acumulado em doze meses os acumulados foram: 3,59% para *materiais* e 3,45% para *mão-de-obra*. No mês as variações regionais foram: negativos 0,02% na Região Norte, positivos 0,32% na Região Nordeste, 0,10% no Sudeste, 0,17% no Centro-Oeste e negativos 0,01% no Sul. Ainda na verificação regional, os *custos* foram os seguintes: Sudeste, R\$ 1.120,50, Sul, R\$ 1.110,57, Norte, R\$ 1.068,43, Centro-Oeste, R\$ 1.086,88 e Nordeste R\$ 1.002,21.

Consequência

Os índices da *construção civil* voltaram a apresentar queda. Para os próximos meses são esperados aquecimentos em decorrência do *dissídio coletivo* em alguns Estados, incluído São Paulo.

Inflação

IPP - Índices de Preço ao Produtor (Março/2018) – IBGE

Fato

O **IPP** apresentou variação de 1,05% em março, ficando, portanto superior à variação do mês anterior que foi de 0,38%, esta foi a maior alta desde novembro de 2017 (1,40%). No acumulado em 12 meses a variação atingiu 6,23%. No acumulado do ano a variação segue em 1,91%.

Causa

No mês, as quatro maiores variações foram em: *indústrias extrativas, outros produtos químicos, metalurgia e confecção de artigos do vestuário e acessórios*. Em termos de influência as maiores foram: *produtos químicos, alimentos, indústrias extrativas e metalurgia*.

No acumulado em doze meses, as quatro maiores influências foram em *indústrias extrativas, refino de petróleo e produtos de álcool, papel e celulose e outros produtos químicos*. As quatro maiores influências vieram de: *refino de petróleo e produtos de álcool, outros produtos químicos, metalurgia e indústrias extrativas*.

Conseqüência

A *aceleração dos preços* ao produtor ao longo do ano pode se configurar em maiores *pressões inflacionárias* por meio do repasse para os *preços no varejo*.

Operações de Crédito

Nota à Imprensa (Março/2018) - BACEN

Fato

O estoque *das operações de crédito do sistema financeiro* atingiu R\$ 3,1 trilhões em março. A relação entre o *crédito total e o PIB* avançou 0,3 p.p. frente a fevereiro e recuou 1,9 p.p. na comparação com o mesmo mês do ano anterior, chegando a 46,6%. A *taxa média geral de juros das operações de crédito do sistema financeiro*, computadas as operações com *recursos livres e direcionados* atingiu 26,2% a.a., recuando 0,7 p.p. no mês. A *taxa de inadimplência* recuou 0,1 p.p. no mês e 0,2 p.p. em doze meses, situando-se em 3,3%.

Causa

O *volume total das operações de crédito* em abril apresentou expansão de 0,6% no mês e 0,1% em doze meses. Os *empréstimos contratados com recursos livres* atingiram R\$ 1.590 bilhões, aumentando 1,3% no mês e 3,6% com relação a março de 2017. No segmento de *pessoa jurídica* ocorreu aumento de 0,3% em doze meses e de 2,1% no mês, chegando a R\$ 727 bilhões. Os *empréstimos realizados às pessoas físicas* cresceram 0,6% no mês e 6,5% em doze meses, chegando a R\$ 862 bilhões, destacando-se no mês, expansões em *aquisição de veículos e crédito não consignado*.

No *crédito direcionado* houve recuo de 0,1% no mês e de 3,4% em doze meses, chegando a R\$ 1.492 bilhões. Esse desempenho resultou de queda mensal de 0,9% em pessoas jurídicas e avanço de 0,5% nos financiamentos a *pessoas físicas*.

As *taxas médias de juros* apresentaram retração de 0,7 p.p. no mês e de 5,8 p.p. em doze meses. Considerando apenas o crédito livre, o custo médio situou-se em 41,42%, com queda de 0,7 p.p. no mês. Para *pessoa física* a *taxa média de juros* no crédito livre atingiu 57,2% a.a., com recuo de 0,4 no mês e 15,5 p.p. em doze meses. Nas *pessoas jurídicas*, ainda no crédito livre a taxa situou-se em 21,2%, com retração de 1,0 p.p. no mês e 6,1 p.p. no confronto com março de 2017.

A *taxa de inadimplência do sistema financeiro* atingiu 3,3%. A *taxa de inadimplência* relativa a *pessoas físicas* situou-se em 3,6% e para *pessoas jurídicas*, 2,9%.

Conseqüência

No mês houve expansão na concessão de crédito, o que deverá se manter ao longo dos próximos meses, conseqüência, principalmente, da queda na *taxa de juros*.

Setor Externo

Nota à Imprensa (Março/2018) - BACEN

Fato

Em março, as *transações correntes* apresentaram *superávit* de US\$ 798 milhões. Em março as *reservas internacionais* aumentaram US\$ 2,5 bilhões frente ao mês anterior, totalizando US\$ 379,6 bilhões e a *dívida externa*, em dezembro, somou US\$ 317,8 bilhões.

Causa

O *saldo da conta de transações correntes* acumulando nos últimos doze meses apresenta *déficit* de US\$ 8,3 bilhões, equivalente a 0,41% do **PIB**, decorrente principalmente da *conta de serviços*. No mês, o *déficit da conta de serviços* foi de US\$ 2,8 bilhões, com expansão de 10,3% comparativamente a março de 2017. Na *conta de renda primária* os *gastos líquidos com juros* somaram US\$ 754 milhões e as *despesas líquidas de lucros e dividendos* totalizaram US\$ 1,8 bilhão, permanecendo estáveis em relação ao mesmo mês do ano anterior.

No mês, os *investimentos diretos no país* totalizaram US\$ 6,5 bilhões, acumulando 64,3 bilhões em doze meses, equivalente a 3,13% do PIB. O acumulado em doze meses até março de 2017 era de US\$ 85,0 bilhões.

Conseqüência

O *superávit* mensal em *transações correntes* foi causado principalmente pelo *saldo comercial*, também chamou a atenção no mês o ingresso de US\$ 6,5 bilhões em *investimentos diretos no país*, que apesar da queda frente a períodos anteriores, permanece como principal fonte de financiamento do *balanço de pagamentos*.

Política Fiscal

Nota à Imprensa (Março/2018) - BACEN

Fato

Em março, o *setor público não financeiro* registrou *déficit* de R\$ 25,1 bilhões. Considerando o fluxo de doze meses o acumulado atingiu *resultado negativo* de R\$ 108,48 bilhões (1,64% do PIB). A *dívida líquida do setor público* alcançou R\$ 3.463,4 bilhões (52,3% do PIB), aumentando 0,3 p.p. como *proporção do PIB* em relação ao mês anterior. No ano a relação avançou 0,8 p.p. A *dívida bruta do governo geral* chegou à R\$ 4.984,7 bilhões, equivalente a 75,3% do PIB. O montante dos *juros apropriados* atingiu R\$ 32,5 bilhões no mês e R\$ 379,5 bilhões em doze meses. O *resultado nominal* registrou *déficit* de R\$ 57,6 bilhões no mês e no acumulado em doze meses o *déficit* atingiu R\$ 487,9 bilhões (7,37% do PIB).

Causa

Na composição do resultado *primário*, o *déficit do Governo Central* atingiu R\$ 25,5 bilhões e as *empresas estatais* R\$ 156 milhões, por outro lado, os *governos regionais* tiveram *superávit* de R\$ 552 milhões. Com relação à *Dívida Líquida do Setor Público como percentual do PIB*, no ano, a elevação foi conseqüência da *incorporação de juros nominais*. Em sentido contrário, contribuíram o *superávit primário*, a *desvalorização cambial acumulada* e o *crescimento do PIB nominal*.

Conseqüência

Apesar de menos negativa as *contas públicas* seguem apresentando deterioração, sendo premente, para a recuperação econômica, a necessidade de apresentar *resultados fiscais* mais favoráveis nos próximos meses.

EXPECTATIVA MÉDIA ANUAL DO MERCADO PARA A ECONOMIA BRASILEIRA: PIB, JUROS, CÂMBIO E INFLAÇÃO - 2018-2022

ANO	TAXA DE CRESCIMENTO DO PIB	TAXA DE JUROS SELIC	TAXA DE CÂMBIO R\$/US\$	TAXA DE INFLAÇÃO IPCA
2018	2,71	6,33	3,33	3,49
2019	3,10	7,26	3,35	4,07
2020	2,64	8,01	3,42	4,02
2021	2,60	8,03	3,48	3,93
2022	2,62	7,97	3,53	3,86

FONTES: Banco Central do Brasil, GERIN. Com base nas expectativas de 27/04/2018
Sinal convencional utilizado: ... dado não disponível

**DÍVIDA LÍQUIDA DO SETOR PÚBLICO (% PIB) – COMPARAÇÃO MENSAL ÚLTIMOS 10 ANOS
JANEIRO 2008-2018**

DEZ/ANO	GOVERNO FEDERAL	BACEN	GOVERNOS ESTADUAIS E MUNICIPAIS	EMPRESAS ESTATAIS	SETOR PÚBLICO CONSOLIDADO
2008	28,99	0,22	13,73	0,78	43,71
2009	24,98	-0,96	13,22	0,81	38,04
2010	28,12	-1,32	12,06	0,73	39,6
2011	26,61	-1,14	11,46	0,64	37,56
2012	25,01	-1,17	10,62	0,55	35,02
2013	22,21	-1,33	10,69	0,59	32,16
2014	20,08	-1,29	10,62	0,59	30
2015	22,35	-1,53	11	0,69	32,5
2016	25,18	-3,66	12,91	0,9	35,33
2017	36,66	-2,79	11,73	0,89	46,49
2018	41,88	-2,82	11,81	0,9	51,78

FONTES: Banco Central do Brasil, DEPEC.

VARIAÇÃO DO EMPREGO FORMAL CLT EM CURITIBA – FEVEREIRO/2018

MOVIMENTAÇÃO AGREGADA	CURITIBA	%	MICRO REGIÃO	%	PARANÁ	%	BRASIL
ADMISSÕES	25.426	69,79	36.433	24,77	102.638	1,99	1.274.965
DESLIGAMENTOS	24.970	71,64	34.853	26,30	94.935	2,06	1.213.777
Nº EMPREGOS FOMAIIS EM 01/JAN/2018	665.524	70,09	949.559	25,90	2.569.121	1,76	37.868.331
TOTAL DE ESTABELECIMENTOS	150.103	72,00	208.482	23,39	641.673	1,86	8.055.690
VARIAÇÃO ABSOLUTA	456	-	1.580	-	7.703	-	61.188

FONTES: CAGED

OBS. Os percentuais indicados representam a participação de Curitiba em sua microrregião, no Paraná e no Brasil.

VARIAÇÃO DO EMPREGO FORMAL CLT EM SÃO JOSÉ DOS PINHAIS – FEVEREIRO/2018

MOVIMENTAÇÃO AGREGADA	SÃO JOSÉ DOS PINHAIS	%	MICRO REGIÃO	%	PARANÁ	%	BRASIL
ADMISSÕES	3.183	8,74	36.433	3,10	102.638	0,25	1.274.965
DESLIGAMENTOS	2.722	7,81	34.853	2,87	94.935	0,22	1.213.777
Nº EMPREGOS FOMAIIS EM 01/JAN/2018	84.744	8,92	949.559	3,30	2.569.121	0,22	37.868.331
TOTAL DE ESTABELECIMENTOS	14.340	6,88	208.482	2,23	641.673	0,18	8.055.690
VARIAÇÃO ABSOLUTA	461	-	1.580	-	7.703	-	61.188

FONTES: CAGED

OBS. Os percentuais indicados representam a participação de São José dos Pinhais em sua microrregião, no Paraná e no Brasil.

VARIAÇÃO DO EMPREGO FORMAL CLT EM ARAUCÁRIA – FEVEREIRO/2018

MOVIMENTAÇÃO AGREGADA	ARAUCÁRIA	%	MICRO REGIÃO	%	PARANÁ	%	BRASIL
ADMISSÕES	1.566	4,30	36.433	1,53	102.638	0,12	1.274.965
DESLIGAMENTOS	1.348	3,87	34.853	1,42	94.935	0,11	1.213.777
Nº EMPREGOS FOMAIIS EM 01/JAN/2018	37.328	3,93	949.559	1,45	2.569.121	0,10	37.868.331
TOTAL DE ESTABELECIMENTOS	5.552	2,66	208.482	0,87	641.673	0,07	8.055.690
VARIAÇÃO ABSOLUTA	218	-	1.580	-	7.703	-	61.188

FONTE: CAGED

OBS. Os percentuais indicados representam a participação de Araucária em sua microrregião, no Paraná e no Brasil.

EVOLUÇÃO DIÁRIA DO ÍNDICE BOVESPA (IBOVESPA) - ABR/2017 – MAR/2018

DIA	JAN/18	FEV/18	MAR/18	ABR/17	MAI/17	JUN/17	JUL/17	AGO/17	SET/17	OUT/17	NOV/17	DEZ/17
1		85.495,24	85.377,79			62288,52		66.516,23	71.923,11		73.823,74	72.264,45
2	77.891,04	84041,34	85.761,34		66721,74	62510,69		67.135,99		74.359,82		
3	77.995,16			65211,47	66093,78		63279,58	66.777,13		76.762,91	73.915,42	
4	78.647,42			65768,91	64862,6		63231,59	66.897,98	72.128,83	76.591,44		73.090,17
5	79.071,47	81.861,09	86.022,83	64774,76	65709,73	62450,45	63154,17		72.150,87	76.617,52		72.546,17
6		83.894,04	85.653,02	64222,72		62954,69	62470,33		73.412,41	76.054,71	74.310,79	73.268,35
7		82.766,73	85.483,55	64593,1		63170,73	62322,4	67.939,65			72.414,87	72.487,46
8	79.378,54	81.532,53	84.984,61		65526,04	62755,57		67.898,93	73.078,85		74.363,13	72.731,84
9	78863,54	80898,7	86.371,41		66277,67	62210,55		67.671,06		75.726,80	72.930,69	
10	78200,57			64649,81	67349,72		63025,46	66.992,08		76.897,20	72.165,63	
11	79.365,44			64359,79	67537,61		63832,15	67.358,58	74.319,21	76.659,80		72.800,04
12	79.349,12		86.900,43	63891,67	68221,94	61700,23	64835,55		74.538,55			73.813,53
13			86.383,85	62826,28		61828,99	65178,34		74.787,56	76.989,78	72.475,17	72.914,33
14		83.542,84	86.050,96			61922,92	65436,17	68.284,66	74.656,68		70.826,59	72.428,93
15	79.752,37	84.290,57	84.928,20		68474,18			68.355,12	75.756,51			72.607,70
16	79831,76	84524,58	84.886,49		68684,49	61626,41		68.594,29		76.891,83	72.511,79	
17	81189,16			64334,92	67540,25		65212,31	67.976,79		76.201,25	73.437,28	
18	80.962,65			64158,84	61597,05		65337,66	68.714,65	75.990,40	76.591,09		73.115,45
19	81.219,50	84.792,71	83.913,06	63406,97	62639,3	62014,03	65179,92		75.974,18	76.283,16		72.680,37
20		85.803,96	84.163,80	63760,62		60766,15	64938,01		76.004,15	76.390,51		73.367,03
21		86.051,82	84.976,59			60761,74	64684,18	68.634,64	75.604,34		74.594,61	75.133,43
22	81.675,42	86.686,45	84.767,88		61673,49	61272,21		70.011,25	75.389,75		74.518,79	75.186,53
23	80678,35		84.377,19		62662,48	61087,13		70.477,63		75.413,13	74.486,58	
24	83680			64389,01	63257,35		65099,55	71.132,79		76.350,19	74.157,37	
25		87293,24		65148,34	63226,78		65667,62	71.073,65	74.443,47	76.671,13		
26	85.530,84	87.652,64	85.087,86	64861,92	64085,41	62188,08	65010,57		74.318,72	75.896,35		75.707,73
27		86.935,44	83.808,06	64676,55		61675,46	65277,38		73.796,71	75.975,71	74.058,92	76.072,54
28		85.353,60	83.874,14	65403,24		62017,97	65497,12	71.016,59	73.567,24		74.139,72	76.402,08
29	84698,01		85.365,56		63760,94	62238,95		71.329,85	74.293,50		72.700,45	
30	84482,46				63962,26	62899,97		70.886,25		74.800,33	71.970,99	
31	84912,7				62711,47		65920,36	70.835,05		74.308,49		
MÍNIMO	77.891,04	80.898,70	83.808,06	62826,28	61597,05	60761,74	62322,4	66.516,23	71.923,11	74.308,49	70.826,59	72.264,45
MÁXIMO	85.530,84	87.652,64	86.900,43	65768,91	68684,49	63170,73	65920,36	71.329,85	76.004,15	76.989,78	74.594,61	76.402,00

FONTE: BM&FBovespa

NOTA: Índice Ibovespa é o valor atual, em moeda corrente, de uma carteira teórica de ações constituída em 2/1/1968 (valor-base: 100 pontos), a partir de uma aplicação hipotética. Supõe-se não ter sido efetuado nenhum investimento adicional desde então, considerando-se somente os ajustes efetuados em decorrência da distribuição de proventos pelas empresas emissoras (tais como reversão de dividendos recebidos e do valor apurado com a venda de direitos de subscrição, e manutenção em carteira das ações recebidas em bonificação). Dessa forma, o índice reflete não apenas as variações dos preços das ações, mas também o impacto da distribuição dos proventos, sendo considerado um indicador que avalia o retorno total de suas ações componentes (IBOVESPA).

PREÇO MÉDIO MENSAL E NOMINAL NO ATACADO EM REAIS (R\$) DE PRODUTOS AGRÍCOLAS SELECIONADOS DEZ/2000–MAR/2018

mar	SÃO PAULO		PARANÁ		
	Arroz (30 Kg)	Feijão Preto (30 Kg)	Soja (em farelo) (t)	Trigo (em grão) (60 Kg)	Milho (60 Kg)
Dez/00	20,69	19,08	434,03	15,03	10,30
Dez/01	28,00	49,95	496,42	17,80	11,78
Dez/02	38,00	48,47	745,55	34,94	24,37
Dez/03	52,36	43,16	756,77	28,58	17,73
Dez/04	33,78	48,65	522,76	21,26	15,00
Dez/05	30,00	60,01	513,04	21,96	14,26
Dez/06	34,01	33,47	506,57	29,23	19,44
Dez/07	43,67	72,29	682,33	34,35	28,69
Dez/08	52,54	85,72	736,91	28,50	17,93
Dez/09	48,34	44,14	740,11	27,50	17,66
Dez/10	54,40	56,57	734,82	27,40	22,69
Dez/11	44,28	52,75	584,62	26,43	23,20
Dez/12	65,00	80,81	1.239,97	41,50	31,00
Dez/13	59,51	92,71	1.298,74	47,27	22,54
Dez/14	60,00	78,69	1.174,61	34,32	24,95
Dez/15	62,10	87,64	1314,07	43,30	29,39
Jan/16	66,85	106,78	1397,50	44,10	36,59
Fev/16	68,55	100,91	1404,32	45,16	38,67
Mar/16	69,97	96,83	1140,93	45,29	41,08
Abr/16	69,89	98,09	1110,13	46,60	46,10
Mai/16	71,45	107,83	1319,96	46,19	49,96
Jun/16	73,02	131,01	1572,48	53,74	49,13
Jul/16	69,81	158,53	1489,45	53,68	41,15
Ago/16	74,62	152,55	1353,58	50,77	40,86
Set/16	77,21	148,65	1281,50	43,34	37,86
Out/16	77,58	161,76	1211,86	39,45	38,32
Nov/16	...	155,06	1220,52	38,25	35,63
Dez/16	...	147,81	1212,32	37,62	34,81
Jan/17	...	125,18	1153,42	37,19	32,92
Fev/17	...	106,44	1.138,59	36,14	30,25
Mar/17	...	104,81	1.063,18	35,70	27,89
Abr/17	...	96,55	1.012,31	36,25	25,67
Mai/17	59,60	101,82	1.015,39	36,57	25,61
Jun/17	60,40	111,60	1.018,95	37,46	24,36
Jul/17	61,48	99,96	1.087,77	38,73	22,84
Ago/17	66,48	92,36	1.014,63	40,70	22,39
Set/17	64,44	92,02	1.017,38	36,87	24,68
Out/17	82,26	92,86	1.068,59	35,95	26,08
Nov/17	82,86	85,59	1.077,22	37,79	27,27
Dez/17	79,60	81,72	1.162,92	38,74	27,86
Jan/18	83,14	79,72	1.163,73	39,32	28,30
Fev/18	72,16	89,02	1.263,78	39,07	29,23
Mar/18	75,50	88,21	1.326,18	42,40	36,45

FONTE: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA); CONAB; SEAB-PR

NOTA: Cotação para o arroz longo fino agulhinha.

Sinal convencional utilizado: ... Dado não disponível

INDICADORES DO MERCADO FINANCEIRO NACIONAL E INTERNACIONAL

DATA	BRASIL				EUA	
	Fundo de Investimento Financeiro – FIF (PL mensal, R\$ milhões) 7837(1)	Valor das empresas listadas no Ibovespa (R\$ bilhões) 7848(3)	Índice Ibovespa 7845	Emissão Primária de Debêntures (R\$ milhões) 7841	Dow Jones – NYSE fechamento (pontos) 7846 (3)	Nasdaq fechamento (pontos) 7847 (4)
DEZ/07	912.869	1.764.961	63.886	1.068	13.265	2.652
DEZ/08	917.297	1.087.640	37.550	0	8.776	1.577
DEZ/09	1.086.267	1.739.615	68.588	2.720	10.428	2.269
DEZ/10	1.286.654	2.070.752	69.304	2.025	11.578	2.653
DEZ/11	1.501.728	1.833.723	56.754	220	12.218	2.605
DEZ/12	1.786.186	1.961.800	60.952	850	13.104	3.020
DEZ/13	1.939.384	1.889.777	51.507	300	16.577	4.177
DEZ/14	2.156.887	1.824.499	50.007	0	17.823	4.736
JAN/15	2.192.912	1.744.785	46.907	10.000	17.165	4.635
FEV/15	2.226.999	1.897.789	51.583	551	18.133	4.964
MAR/15	2.260.558	1.885.819	51.150	321	17.776	4.901
ABR/15	2.282.144	2.066.170	56.229	4.600	17.841	4.941
MAI/15	2.235.805	1.949.062	52.760	0	18.011	5.070
JUN/15	2.355.165	1.973.591	53.080	0	17.620	4.987
JUL/15	2.388.160	1.903.496	50.864	740	17.690	5.128
AGO/15	2.425.397	1.754.227	46.625	0	16.528	4.777
SET/15	2.343.942	1.700.335	45.059	1.350	16.285	4.620
OUT/15	2.448.624	1.678.886	45.868	1.892	17.664	5.054
NOV/15	2.465.544	1.658.564	45.120	0	17.720	5.109
DEZ/15	2.472.963	1.591.222	43.349	1.185	17.425	5.007
JAN/16	2.522.931	1.506.705	40.405	0	16.466	4.614
FEV/16	2.553.705	1.560.784	42.793	0	16.517	4.558
MAR/16	2.599.654	1.795.296	50.055	20.000	17.685	4.870
ABR/16	2.635.683	1.917.723	53.910	0	17.831	4.775
MAI/16	2.670.626	1.740.045	48.471	0	17.787	4.948
JUN/16	2.690.456	1.821.192	51.526	0	17.930	4.843
JUL/16	2.738.202	2.004.423	57.308	0	18.432	5.162
AGO/16	2.795.674	2.029.117	57.901	0	18.401	5.213
SET/16	2.820.714	2.044.580	58.367	0	18.308	5.312
OUT/16	2.860.310	2.234.166	64.924	878	18.142	5.190
NOV/16	2.887.156	2.134.704	61.906	0	19.124	5.324
DEZ/16	2.953.369	2.078.361	60.227	975	19.763	5.383
JAN/17	3.035.796	2.239.112	64.670	0	19.864	5.615
FEV/17	3.088.727	2.324.811	66.662	0	20.822	5.825
MAR/17	3.158.822	2.245.686	64.984	300	20.663	5.912
ABR/17	3.169.398	2.243.197	65.403	432	20.941	6.048
MAI/17	3.203.771	2.159.216	62.711	0	21.009	6.199
JUN/17	3.243.842	2.149.502	62.899	0	21.350	6.144
JUL/17	3.310.407	2.249.025	65.920	1.091	21.891	6.348
AGO/17	3.386.195	2.400.515	70.835	0	21.948	6.429
SET/2017	3.426.878	2.517.247	74.293	0	22.405	6.453
OUT/2017	3.468.644	2.538.691	74.308	4.537	23.377	6.728
NOV/2017	3.460.553	2.454.073	71.970	0	24.272	6.874
DEZ/2017	3.462.583	2.575.884	76.402	0	24.719	6.903
JAN/2018	3.526.747	2.916.247	84.912	0	26.149	7.411
FEV/2018	3.550.673	2.928.154	85.353	268	25.029	7.273

FONTES: (1) BANCO CENTRAL DO BRASIL, (2) BOVESPA (ÍNDICE DE FECHAMENTO DO ÚLTIMO DIA ÚTIL DO MÊS), (3) DOW JONES, (4) NASDAQ

NOTA: para os anos de 2007 a 2014, os valores referem-se ao mês de dezembro, exceto para emissão de debênture que é o total do ano.

Sinal convencional utilizado: ... Dado não disponível.

BALANÇA COMERCIAL DO PARANÁ - 1997 - 2018
EM US\$ FOB - ACUMULADO E VARIAÇÃO % ANUAL

Ano	Exportação (X)		Importação (M)		Saldo (X-M)
	US\$ FOB	Var%	US\$ FOB	Var%	US\$ FOB
1997	4.853.587.000	14,00	3.306.968.000	36,00	1.546.619.000
1998	4.227.995.000	-13,00	4.057.589.000	23,00	170.406.000
1999	3.932.659.000	-7,00	3.699.490.000	-9,00	233.169.000
2000	4.394.161.676	0,00	4.686.228.819	0,00	-292.067.143
2001	5.320.210.841	21,07	4.928.952.244	5,18	391.258.597
2002	5.703.081.036	7,20	3.333.392.117	-32,37	2.369.688.919
2003	7.157.852.544	25,51	3.486.050.508	4,58	3.671.802.036
2004	9.405.025.640	31,39	4.026.146.368	15,49	5.378.879.272
2005	10.033.532.895	6,68	4.527.236.933	12,45	5.506.295.962
2006	10.016.337.731	-0,17	5.977.970.879	32,04	4.038.366.852
2007	12.352.857.472	23,33	9.017.987.693	50,85	3.334.869.779
2008	15.247.184.111	23,43	14.570.222.035	61,57	676.962.076
2009	11.222.826.796	-26,39	9.620.843.086	-33,97	1.601.983.710
2010	14.175.843.943	26,31	13.956.956.807	45,07	218.887.136
2011	17.394.275.271	22,70	18.767.762.576	34,47	-1.373.487.305
2012	17.709.590.951	1,81	19.387.793.769	3,30	-1.678.202.818
2013	18.239.201.710	2,99	19.345.381.499	-0,22	-1.106.179.789
2014	16.332.120.489	-10,46	17.295.813.435	-10,59	-963.692.946
2015	14.909.080.745	-8,71	12.448.504.088	-28,03	2.460.576.657
2016	15.171.099.837	1,76	11.092.307.396	-10,89	4.078.792.441
2017	18.082.394.413	19,19	11.518.546.039	3,84	6.563.848.374
JAN-MAR/2018	3.852.004.695	-3,21	2.718.864.757	-3,10	1.133.139.938

FONTE: MDIC/SECEX

BALANÇA COMERCIAL DO BRASIL - 1997 - 2018
EM US\$ FOB - ACUMULADO E VARIAÇÃO % ANUAL

Ano	Exportação (X)		Importação (M)		Saldo (X-M)	
	US\$ FOB	Var%	US\$ FOB	Var%	US\$ FOB	Var%
1997	52.982.726.000	10,97	59.747.227.000	12,00	-6.764.501.000	20,82
1998	51.139.862.000	-3,48	57.763.476.000	-3,32	-6.623.614.000	-2,08
1999	48.012.790.000	-6,11	49.301.558.000	-14,65	-1.288.768.000	-80,54
2000	55.118.919.865	0,00	55.850.663.138	0,00	-731.743.273	-43,22
2001	58.286.593.021	5,75	55.601.758.416	-0,45	2.684.834.605	-466,91
2002	60.438.653.035	3,69	47.242.654.199	-15,03	13.195.998.836	391,50
2003	73.203.222.075	21,12	48.325.566.630	2,29	24.877.655.445	88,52
2004	96.677.498.766	32,07	62.835.615.629	30,03	33.841.883.137	36,03
2005	118.529.184.899	22,60	73.600.375.672	17,13	44.928.809.227	32,76
2006	137.807.469.531	16,26	91.350.840.805	24,12	46.456.628.726	3,40
2007	160.649.072.830	16,58	120.617.446.250	32,04	40.031.626.580	-13,83
2008	197.942.442.909	23,21	172.984.767.614	43,42	24.957.675.295	-37,66
2009	152.994.742.805	-22,71	127.722.342.988	-26,17	25.272.399.817	1,26
2010	201.915.285.335	31,98	181.768.427.438	42,32	20.146.857.897	-20,28
2011	256.039.574.768	26,81	226.246.755.801	24,47	29.792.818.967	47,88
2012	242.578.013.546	-5,26	223.183.476.643	-1,35	19.394.536.903	-34,90
2013	242.033.574.720	-0,22	239.747.515.987	7,42	2.286.058.733	-88,21
2014	225.100.884.831	-7,00	229.154.462.583	-4,42	-4.053.577.752	-277,32
2015	191.134.324.584	-15,09	171.449.050.909	-25,18	19.685.273.675	-585,63
2016	185.235.400.805	-3,09	137.552.002.856	-19,77	47.683.397.949	142,23
2017	217.739.177.077	17,55	150.749.452.949	9,59	66.989.724.128	40,49
JAN-MAR/2018	54.366.750.155	7,76	40.418.138.021	12,12	13.948.612.134	...

FONTE: DIC/SECEX

OFERTA E DEMANDA DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS BRASILEIROS - (Complexo soja e trigo) SAFRAS 2011/2018 (Mil toneladas)

PRODUTO	SAFRA	ESTOQUE INICIAL	PRODUÇÃO	IMPORTAÇÃO	SUPRIMENTO	CONSUMO	EXPORTAÇÃO	ESTOQUE FINAL
Algodão em pluma	2011/12	521,7	1.893,3	3,5	2.418,5	895,2	1.052,8	470,5
	2012/13	470,5	1.310,3	17,4	1.798,2	920,2	572,9	305,1
	2013/14	305,1	1.734,0	31,5	2.070,6	883,5	748,6	438,5
	2014/15	438,5	1.562,8	2,1	2.003,4	820,0	834,3	349,1
	2015/16	349,1	1.289,2	27,0	1.665,3	660,0	804,0	201,3
	2016/17	201,3	1.529,5	33,6	1.764,4	685,0	834,1	245,3
	2017/18	245,3	1.862,8	10,0	2.118,1	720,0	975,0	423,1
	Arroz em casca	2011/12	2.569,5	11.599,5	1.068,0	15.237,0	11.656,5	1.455,2
2012/13		2.125,3	11.819,7	965,5	14.910,5	12.617,7	1.210,7	1.082,1
2013/14		1.082,1	12.121,6	807,2	14.010,9	11.954,3	1.188,4	868,2
2014/15		868,2	12.448,6	503,3	13.820,1	11.495,1	1.362,1	962,9
2015/16		962,9	10.603,0	1.187,4	12.753,3	11.428,8	893,7	430,8
2016/17		430,8	12.327,8	1.000,0	13.758,6	11.500,0	800,0	1.458,6
2017/18		1.035,9	11.384,7	1.000,0	13.420,6	12.000,0	1.000,0	420,6
Feijão		2011/12	686,4	2.918,4	312,3	3.917,1	3.500,0	43,3
	2012/13	373,8	2.806,3	304,4	3.484,5	3.320,0	35,3	129,2
	2013/14	129,2	3.453,7	135,9	3.718,8	3.350,0	65,0	303,8
	2014/15	303,8	3.210,2	156,7	3.670,7	3.350,0	122,6	198,1
	2015/16	198,1	2.512,9	325,0	3.036,0	2.800,0	50,0	186,0
	2016/17	186,0	3.399,5	150,0	3.735,5	3.300,0	125,0	310,5
	2017/18	310,5	3.369,5	120,0	3.800,0	3.300,0	125,0	375,0
	Milho	2011/12	4.459,6	72.979,5	774,0	78.213,1	51.903,0	22.313,7
2012/13		3.996,4	81.505,7	911,4	86.413,5	53.287,9	26.174,1	6.951,5
2013/14		6.951,5	80.051,7	790,7	87.793,9	54.541,6	20.924,8	12.327,5
2014/15		12.327,5	84.672,4	316,1	97.316,0	56.742,4	30.172,3	10.401,3
2015/16		10.401,3	66.530,6	3.338,1	80.270,0	53.387,8	18.883,2	7.999,0
2016/17		6.949,9	97.842,8	800,0	105.592,7	56.165,3	30.817,8	18.609,6
2017/18		17.710,6	88.617,6	500,0	106.828,2	59.000,0	32.000,0	15.828,2
Soja em grãos		2011/12	3.020,4	66.383,0	266,5	69.669,9	36.754,0	32.468,0
	2012/13	447,9	81.499,4	282,8	82.230,1	38.694,3	42.791,9	744,0
	2013/14	744,0	86.120,8	578,7	87.443,5	40.200,0	45.692,0	1.551,5
	2014/15	1.551,5	96.228,0	324,1	98.103,6	42.850,0	54.324,2	929,4
	2015/16	929,4	95.434,6	400,0	96.764,0	43.700,0	51.587,8	1.476,2
	2016/17	1.482,1	114.075,3	300,0	115.857,4	45.781,0	68.154,5	1.921,9
	2017/18	1.602,9	114.962,0	400,0	116.964,9	47.400,0	69.000,0	564,8
	Farelo de Soja	2011/12	3.177,8	26.026,0	5,0	29.208,8	14.051,1	14.289,0
2012/13		868,7	27.258,0	3,9	28.130,6	14.350,0	13.333,5	447,1
2013/14		447,1	28.336,0	1,0	28.784,1	14.799,3	13.716,0	268,8
2014/15		268,8	30.492,2	1,0	30.762,0	15.100,0	14.826,7	835,3
2015/16		835,3	30.954,0	0,8	31.790,1	15.500,0	14.443,8	1.846,3
2016/17		569,0	8.092,5	40,0	8.701,5	6.800,0	1.342,5	559,0
2017/18		2.854,7	33.110,0	1,0	35.965,7	17.500,0	15.800,0	2.665,7
Óleo de soja		2011/12	988,5	6.591,0	1,0	7.580,5	5.172,4	1.757,1
	2012/13	651,0	6.903,0	5,0	7.559,0	5.556,3	1.362,5	640,2
	2013/14	640,2	7.176,0	0,1	7.816,3	5.930,8	1.305,0	580,5
	2014/15	580,5	7.722,0	25,3	8.327,8	6.359,2	1.669,9	298,7
	2015/16	298,7	7.839,0	66,1	8.203,8	6.380,0	1.254,2	569,6
	2016/17	569,0	8.385,00	40,0	8.994,00	6.800,00	1.550,00	644
	2017/18	617,5	8.385,0	40,0	9.042,5	7.100,0	1.500,0	442,5
	Trigo	2011	2.201,6	5.788,6	6.011,8	14.002,0	10.144,9	1.901,0
2012		1.956,1	4.379,5	7.010,2	13.345,8	10.134,3	1.683,9	1.527,6
2013		1.527,6	5.527,8	6.642,4	13.697,8	11.381,5	47,4	2.268,9
2014		2.268,9	5.971,1	5.328,8	13.568,8	10.713,7	1.680,5	1.174,6
2015		1.174,6	5.534,9	5.517,6	12.227,1	10.367,3	1.050,5	809,3
2016		809,3	6.726,80	7.088,50	14.624,60	11.517,70	576,8	2.530,10
2017		2.530,1	4.263,5	7.200,0	13.993,6	11.287,4	500,0	2.206,2
2018		1.606,2	4.657,0	6.500,0	12.763,2	11.287,4	400,0	1.075,8

FONTE: CONAB – 7º Levantamento - Safra 2017/18 (disponível em: www.conab.gov.br)

Notas: Estimativa em abril 2018/ Estoque de Passagem - Algodão, Feijão e Soja: 31 de dezembro - Arroz 28 de fevereiro - Milho 31 de janeiro - Trigo 31 de julho.

PRODUÇÃO, ÁREA COLHIDA E RENDIMENTO MÉDIO DA SOJA - BRASIL E MAIORES ESTADOS PRODUTORES – 1989-2018
(Mil toneladas e mil hectares)

Ano	Brasil			Maiores Estados Produtores									
	Produção	Área Colhida	Rendimento Médio	Mato Grosso		Paraná		Goiás		Mato Grosso do Sul		Minas Gerais	
			(Kg/ha)	Produção	Área Colhida	Produção	Área Colhida	Produção	Área Colhida	Produção	Área colhida	Produção	Área colhida
1989/1990	20.101	11.551	1.740	2.901	1.503	4.572	2.286	1.411	941	1.934	1.209	875	583
1990/1991	15.395	9.743	1.580	2.607	1.100	3.617	1.966	1.659	790	2.300	1.013	963	472
1991/1992	19.419	9.582	2.027	3.485	1.452	3.415	1.798	1.804	820	1.929	970	1.003	456
1992/1993	23.042	10.717	2.150	4.198	1.713	4.720	2.000	1.968	984	2.229	1.067	1.159	552
1993/1994	25.059	11.502	2.179	4.970	1.996	5.328	2.110	2.387	1.090	2.440	1.109	1.234	600
1994/1995	25.934	11.679	2.221	5.440	2.295	5.535	2.121	2.133	1.123	2.426	1.098	1.188	600
1995/1996	23.190	10.663	2.175	4.687	1.905	6.241	2.312	2.046	909	2.046	845	1.040	528
1996/1997	26.160	11.381	2.299	5.721	2.096	6.566	2.496	2.478	991	2.156	862	1.176	523
1997/1998	31.370	13.158	2.384	7.150	2.600	7.191	2.820	3.372	1.338	2.282	1.087	1.383	601
1998/1999	30.765	12.995	2.367	7.134	2.548	7.723	2.769	3.418	1.325	2.740	1.054	1.336	577
1999/2000	32.890	13.623	2.414	8.801	2.905	7.130	2.833	4.073	1.455	2.501	1.107	1.397	594
2000/2001	38.432	13.970	2.751	9.641	3.120	8.623	2.818	4.158	1.540	3.130	1.065	1.496	642
2001/2002	42.230	16.386	2.577	11.733	3.853	9.502	3.291	5.420	1.902	3.279	1.192	1.949	719
2002/2003	52.018	18.475	2.816	12.949	4.420	10.971	3.638	6.360	2.171	4.104	1.415	2.333	874
2003/2004	49.793	21.376	2.329	15.009	5.241	10.037	3.936	6.147	2.572	3.325	1.797	2.659	1.066
2004/2005	52.305	23.301	2.245	17.937	6.105	9.707	4.148	6.985	2.662	3.863	2.031	3.022	1.119
2005/2006	55.027	22.749	2.419	16.700	6.197	9.646	3.983	6.534	2.542	4.445	1.950	2.483	1.061
2006/2007	58.392	20.687	2.822	15.359	5.125	11.916	3.979	6.114	2.191	4.881	1.737	2.568	930
2007/2008	60.018	21.313	2.816	17.848	5.675	11.896	3.977	6.544	2.180	4.569	1.731	2.537	870
2008/2009	57.166	21.743	2.629	17.963	5.828	9.510	4.069	6.836	2.307	4.180	1.716	2.751	929
2009/2010	68.688	23.468	2.927	18.767	6.225	14.079	4.485	7.343	2.550	5.308	1.712	2.872	1.019
2013/2014	86.121	30.173	2.854	26.442	8.616	14.781	5.010	8.995	3.102	6.148	2.120	3.327	1.238
2014/2015	96.228	32.093	2.998	28.018	8.934	17.210	5.225	8.625	3.325	7.178	2.301	3.507	1.319
2015/2016	95.434	33.251	2.870	26.031	9.140	16.845	5.451	10.250	3.285	7.241	2.430	4.731	1.469
2016/2017	114.075	33.909	3.364	30.513	9.322	19.586	5.250	10.819	3.278	8.576	2.522	5.067	1.456
2017/2018	113.025	35.090	3.276	31.497	9.519	19.159	5.465	11.176	3.387	9.274	2.661	5.139	1.490

FONTE: CONAB – 7º Levantamento - Safra 2017/18 (disponível em: www.conab.gov.br)
Nota: Estimativa em abril/2018.

TAXA DE CRESCIMENTO DO PIB REAL PARA PAÍSES SELECIONADOS – 2004-2017

PAÍSES	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Mundo	5,40	4,90	5,50	5,60	3,00	-0,10	5,40	4,30	3,50	3,50	3,60	3,40	3,20	3,60
África do Sul	4,60	5,30	5,60	5,40	3,20	-1,50	3,00	3,30	2,20	2,50	1,70	1,30	3,20	0,70
Alemanha	0,70	0,90	3,90	3,40	0,80	-5,60	3,90	3,70	0,70	0,60	1,90	1,50	1,90	2,00
Argentina	9,00	8,90	8,00	9,00	4,10	-5,90	10,10	6,00	-1,00	2,40	-2,50	2,60	-2,20	2,50
Bolívia	4,20	4,40	4,80	4,60	6,10	3,40	4,10	5,20	5,10	6,80	5,50	4,90	4,30	4,20
Brasil	5,80	3,20	4,00	6,10	5,10	-0,10	7,50	4,00	1,90	3,00	0,50	-3,50	-3,60	1,00
Canadá	3,10	3,20	2,60	2,10	1,00	-2,90	3,10	3,10	1,70	2,50	2,60	0,90	1,50	3,00
Chile	7,20	5,70	6,30	4,90	3,50	-1,60	5,80	6,10	5,30	4,00	1,90	2,30	1,60	1,40
China	10,10	11,30	12,70	14,20	9,60	9,20	10,60	9,50	7,90	7,80	7,30	6,90	6,70	6,80
Colômbia	5,30	4,70	6,70	6,90	3,50	1,70	4,00	6,60	4,00	4,90	4,40	3,10	2,00	1,70
Coréia do Sul	4,9	3,92	5,18	5,46	2,83	0,71	6,5	3,68	2,29	2,9	3,34	2,79	2,83	...
Equador	8,20	5,30	4,40	2,20	6,40	0,60	3,50	7,90	5,60	4,90	4,00	0,20	-1,50	0,20
Estados Unidos	3,80	3,30	2,70	1,80	-0,30	-2,80	2,50	1,60	2,20	1,70	2,60	2,90	1,50	2,20
França	2,80	1,60	2,40	2,40	0,20	-2,90	2,00	2,10	0,20	0,60	0,90	1,10	1,20	1,60
Índia	7,80	9,30	9,30	9,80	3,90	8,50	10,30	6,60	5,50	6,40	7,50	8,00	7,10	6,70
Indonésia	5,00	5,70	5,50	6,30	7,40	4,70	6,40	6,20	6,00	5,60	5,00	4,90	5,00	5,20
Itália	1,60	0,90	2,00	1,50	-1,10	-5,50	1,70	0,60	-2,80	-1,70	0,10	0,80	0,90	1,50
Japão	2,20	1,70	1,40	1,70	-1,10	-5,40	4,20	-0,10	1,50	2,00	0,30	1,10	1,00	1,50
México	4,30	3,00	5,00	3,10	1,40	-4,70	5,10	4,00	4,00	1,40	2,30	2,60	2,30	2,10
Paraguai	4,10	2,10	4,80	5,40	6,40	-4,00	13,10	4,30	-1,20	14,00	4,70	3,00	4,10	3,90
Peru	5,00	6,30	7,50	8,50	9,10	1,00	8,50	6,50	6,00	5,80	2,40	3,30	4,00	2,70
Reino Unido	2,50	3,00	2,50	2,60	-0,60	-4,30	1,90	1,50	1,30	1,90	3,10	2,20	1,80	1,70
Rússia	7,20	6,40	8,20	8,50	5,20	-7,80	4,50	5,10	3,70	1,80	0,70	-2,80	-0,20	1,80
Tailândia	6,30	4,20	5,00	5,40	1,70	-0,70	7,50	0,80	7,20	2,70	0,90	2,90	3,20	3,70
Uruguai	2,30	4,60	6,80	4,10	6,50	7,20	4,20	7,80	5,20	3,50	4,60	3,20	0,40	1,50
Venezuela	18,30	10,30	9,90	8,80	5,30	-3,20	-1,50	4,20	5,60	1,30	-3,90	-6,20	-16,50	-12,00

FONTES: Fundo Monetário Internacional, *International Financial Statistics*

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Sinal convencional utilizado: ... Dado não disponível.

TAXA DE INFLAÇÃO ANUAL MÉDIA PARA PAÍSES SELECIONADOS (PREÇOS AO CONSUMIDOR) 2004-2017

PAÍSES	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Mundo	3,80	4,10	4,10	4,30	6,30	2,70	3,70	5,00	4,10	3,70	3,20	2,80	2,80	3,10
África do Sul	1,40	3,40	4,60	7,20	11,00	7,10	4,30	5,00	5,60	5,80	6,10	4,60	6,30	5,40
Alemanha	1,80	1,90	1,80	2,30	2,80	0,20	1,10	2,50	2,10	1,60	0,80	0,10	0,40	1,60
Argentina	1,80	1,90	1,80	2,30	2,80	0,20	1,10	2,50	2,10	1,60	0,80	0,10	0,40	1,60
Bolívia	4,40	5,40	4,30	6,70	14,00	3,30	2,50	9,90	4,50	5,70	5,80	4,10	3,60	3,20
Brasil	6,60	6,90	4,20	3,60	5,70	4,90	5,00	6,60	5,40	6,20	6,30	9,00	8,70	3,70
Canadá	1,80	2,20	2,00	2,10	2,40	0,30	1,80	2,90	1,50	0,90	1,90	1,10	1,40	1,60
Chile	1,10	3,10	3,40	4,40	8,70	1,50	1,40	3,30	3,00	1,90	4,40	4,30	3,80	2,30
China	3,90	1,80	1,50	4,80	5,90	-0,70	3,30	5,40	2,60	2,60	2,00	1,40	2,00	1,80
Colômbia	5,90	5,10	4,30	5,50	7,00	4,20	2,30	3,40	3,20	2,00	2,90	5,00	7,50	4,30
Coréia do Sul	2,75	2,24	2,53	4,67	2,76	2,94	4,03	2,19	1,3	1,27	0,71	0,97	2,75	...
Equador	2,70	2,20	3,30	2,30	8,40	5,20	3,60	4,50	5,10	2,70	3,60	4,00	1,70	0,70
Estados Unidos	2,70	3,40	3,20	2,90	3,80	-0,30	1,60	3,10	2,10	1,50	1,60	0,10	1,30	2,10
França	2,30	1,90	1,90	1,60	3,20	0,10	1,70	2,30	2,20	1,00	0,60	0,10	0,30	1,20
Índia	3,80	4,40	6,70	6,20	9,10	10,60	9,50	9,50	10,00	9,40	5,80	4,90	4,50	3,80
Indonésia	6,10	10,50	13,10	6,70	9,80	5,00	5,10	5,30	4,00	6,40	6,40	6,40	3,50	4,00
Itália	2,30	2,20	2,20	2,00	3,50	0,80	1,60	2,90	3,30	1,20	0,20	0,10	-0,10	1,40
Japão	0,00	-0,30	0,30	0,10	1,40	-1,30	-0,70	-0,30	-0,10	0,30	2,80	0,80	-0,10	0,40
México	4,70	4,00	3,60	4,00	5,10	5,30	4,20	3,40	4,10	3,80	4,00	2,70	2,80	5,90
Paraguai	4,30	6,80	9,60	8,10	10,20	2,60	4,70	8,30	3,70	2,70	5,00	3,10	4,10	3,50
Peru	3,70	1,60	2,00	1,80	5,80	2,90	1,50	3,40	3,70	2,80	3,20	3,50	3,60	3,20
Reino Unido	1,30	2,10	2,30	2,30	3,60	2,20	3,30	4,50	2,80	2,60	1,50	0,00	0,70	2,60
Rússia	10,90	12,70	9,70	9,00	14,10	11,70	6,90	8,40	5,10	6,80	7,80	15,50	7,00	4,20
Tailândia	2,80	4,50	4,70	2,20	5,50	-0,80	3,30	3,80	3,00	2,20	1,90	-0,90	0,20	0,60
Uruguai	9,20	4,70	6,40	8,10	7,90	7,10	6,70	8,10	8,10	8,60	8,90	8,70	9,60	6,10
Venezuela	31,09	21,75	15,95	13,66	18,70	31,44	27,08	28,19	26,09	21,07	40,64	62,17	121,74	254,95

FONTE: Fundo Monetário Internacional, *International Financial Statistics*
Sinal convencional utilizado: ... Dado não disponível.

Equipe Técnica



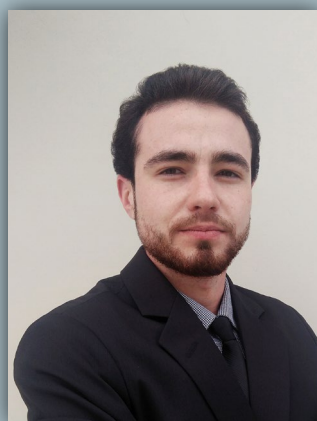
Carlos Ilton Cleto

Economista, doutor em Engenharia da Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina e professor da FAE.



Gilmar Mendes Lourenço

Economista, mestre em Engenharia da Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina e professor da FAE.



Rafael Polay Alcântara

Acadêmico do Curso de Ciências Econômicas da FAE.